

Elizabeth da P. Cardoso

Imprensa feminista brasileira pós-1974

Dissertação apresentada à área de concentração: Jornalismo, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação do professor doutor Bernardo Kucinski.

São Paulo

2004

Elizabeth da P. Cardoso

Imprensa feminista brasileira pós-1974

Dissertação apresentada à área de concentração: Jornalismo, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação do professor doutor Bernardo Kucinski.

São Paulo

2004

Assinaturas dos Membros da Comissão Julgadora

_____ nome
_____ assinatura

_____ nome
_____ assinatura

_____ nome
_____ assinatura

Resumo

Esta dissertação discute os desdobramentos do projeto do movimento feminista brasileiro na imprensa feminista do País. Apoiada na literatura especializada em feminismo brasileiro e na pesquisa de campo, afirmo que a imprensa feminista pós-1974 pode ser dividida em duas fases distintas: primeira e segunda geração. A primeira preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais, e a segunda pautada pela questão de gênero. Dois acontecimentos históricos marcam a divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente.

Abstract

This work discusses the consequences of the Brazilian feminist movement in the Brazilian feminist press. Based on specialized literature in Brazilian feminism and on field research, it shows that the feminist press after-1974 can be divided in two different moments: first and second generations. The first is mainly worried with social class questions and social differences, and the second is mainly focused on genre questions. Two historical events mark the division between the first and the second generation of feminist periodicals: the II and the III São Paulo State Woman Congress, that happened, respectively, in 1980 and 1981.

Agradecimentos

Aos responsáveis e funcionários dos acervos pesquisados, Arquivo Edgard Leuenroth, Biblioteca da Fundação Carlos Chagas e Biblioteca do Centro de Informação da Mulher.

Às entrevistadas, pela gentileza, paciência e generosidade em compartilhar suas memórias: Danda Prado, Joana Lopes, Miriam Martinho e Michelle Lopes.

Ao Núcleo de Jornalismo e Cidadania, principalmente ao meu orientador, Bernardo Kucinski, e às professoras Alice Mitika Koshiyama e Otília Bocchini: pelas sugestões e apoio. E ao professor Ítalo Tronca, da Unicamp, por suas observações durante a qualificação.

Ao meu companheiro, Emmanuel de Oliveira Júnior: por tudo.

Ao Emmanuel

Sumário

Capítulo I - Introdução.....	10
<i>Apresentação.....</i>	10
<i>Metodologia.....</i>	11
<i>Objetivos.....</i>	11
<i>Justificativa.....</i>	11
<i>Hipótese.....</i>	12
<i>Marco histórico para a divisão da imprensa feminista em duas gerações.....</i>	13
<i>Pesquisa de campo: acervos.....</i>	16
<i>Inclusão dos jornais.....</i>	17
<i>Estudos de casos.....</i>	18
<i>Modelo de ficha de pesquisa.....</i>	22
<i>Relação dos periódicos feministas pesquisados.....</i>	26
Capítulo II - Evolução do projeto feminista no Brasil.....	39
<i>Mulheres em movimento.....</i>	40
<i>O dilema de uma geração: modernização versus regime autoritário.....</i>	43
<i>Os feminismos.....</i>	48
<i>O feminismo “bom para o Brasil”.....</i>	51
<i>Feminismo made in exílio.....</i>	59
Capítulo III - Primeira e segunda geração da imprensa feminista...65	
<i>Característica da primeira e da segunda geração.....</i>	67
<i>Marco histórico para a divisão da imprensa feminista em duas gerações.....</i>	69

Capítulo IV - Primeira e segunda geração: estudos de casos.....	72
<i>Nosotras</i>	73
<i>Brasil Mulher</i>	83
<i>ChanacomChana</i>	96
<i>Fêmea</i>	103
Capítulo V - Panorama da imprensa feminista brasileira pós-1974.....	108
<i>Noticioso</i>	109
<i>Estatal</i>	111
<i>Saúde</i>	113
<i>Universitário</i>	115
<i>Trabalho</i>	117
<i>Religioso</i>	118
<i>Legislativo</i>	119
<i>Variados</i>	120
Conclusões Gerais.....	122
Bibliografia.....	124

Capítulo I

Introdução

Apresentação

Esta dissertação apresenta a trajetória da imprensa feminista no Brasil a partir de 1974 e a divide em dois grupos: a primeira geração e a segunda geração.¹

A primeira geração de periódicos feministas, mesmo que de maneira lateral, consta em algumas publicações e teses sobre o tema, sendo a mais completa delas a obra de Bernardo Kucinski (*Jornalistas e revolucionários*, 1991), onde o autor dedica espaço à imprensa feminista como uma das expressões do extenso universo da imprensa alternativa. O trabalho de Kucinski levou a imprensa feminista a ser localizada entre os cerca de 150 jornais alternativos da década de 70. A existência concomitante com os alternativos e seu engajamento social e político nas questões da época apoiaram os especialistas a enquadrar a imprensa feminista como uma expressão da imprensa alternativa. Assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, houve os jornais voltados para a questão feminista. Uma pesquisa específica sobre a imprensa feminista, porém, desvendou a continuidade do gênero durante as décadas de 80, 90 e até os nossos dias, enquanto a imprensa alternativa perdeu força e se extinguiu.

Um dos principais objetivos da dissertação agora apresentada era, inicialmente, aprofundar o estudo sobre o conjunto de jornais feministas

¹ Ver lista de periódicos no final do capítulo.

levantados por Kucinski, com a justificativa de que o autor não havia tratado do tema em profundidade, mesmo porque esse não era seu objetivo. Kucinski trabalhou com os seguintes periódicos feministas: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Maria Quitéria*, *Correio da Mulher*, *Mulherio* e *Mulher ABC* (para detalhes, ver lista completa no final deste capítulo e considerações nos capítulos III, IV e V). No entanto, ao se iniciar a pesquisa de campo, outros 75 periódicos foram encontrados.

Com a ampliação do número de jornais foi possível perceber características comuns que propiciaram a divisão dos periódicos em dois grupos, que nomeei primeira e segunda geração da imprensa feminista.

Metodologia

1) Objetivos

A presente dissertação tem como objetivo central analisar os jornais feministas, tentando identificar como as transformações do movimento feminista reverberaram nos projetos editoriais desses jornais. O objetivo secundário é a documentação do material encontrado.

2) Justificativas

A ausência de uma pesquisa sobre a imprensa feminista brasileira pós-1974 é um lapso em nossa literatura sob a chancela de comunicação, feminismo e relações de gênero. Dentro da literatura de imprensa brasileira, imprensa para mulheres e imprensa alternativa, os periódicos feministas não foram estudados em profundidade. Os jornais, suas autoras e realizadoras são ignorados ou figuram rapidamente em subtópicos de trabalhos de grande fôlego sobre a

história da imprensa brasileira, como na obra de Nelson Werneck Sodré (*História da imprensa no Brasil*, 1999), nas pesquisas de Dulcília Helena Schroeder Buittoni (*Mulher de papel: representação da mulher na imprensa feminina brasileira e imprensa feminina*, 1981) e ainda no livro de Bernardo Kucinski sobre a imprensa alternativa no Brasil (*Jornalistas e revolucionários*, 1991).

Nesse contexto, esta dissertação se justifica, primeiro, por reavivar o debate sobre a imprensa feminista; segundo, por reunir considerável número de publicações feministas, muitas das quais desconhecidas na academia; terceiro, por recorrer e valorizar a pesquisa de campo, permitindo a organização teórica da imprensa feminista em duas gerações de periódicos e a qualificação do material como documento da gênese e dos desdobramentos do projeto feminista brasileiro.

3) Hipóteses

Hipótese 1: A imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro. Existe uma relação intrínseca entre os projetos editoriais desses jornais e as idéias centrais do movimento feminista.

Hipótese 2: Existiram duas gerações de imprensa feminista. O projeto feminista foi influenciado pelo processo de abertura democrática e pelas mudanças sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas. Tais situações impulsionaram o movimento feminista para uma readequação de suas reivindicações. O fenômeno acaba ecoando na imprensa feminista, que claramente absorve essas mudanças e permite sua classificação em duas gerações de jornais.

4) Marco histórico para a divisão da imprensa feminista em duas gerações

A afirmação central desta dissertação é que o desdobramento da imprensa feminista em dois momentos (primeira e segunda geração) reflete as mudanças de estratégias e interesses do movimento feminista brasileiro. Por isso, a literatura sobre o movimento de mulheres será utilizada com o fim de caracterização de ambas as fases da imprensa feminista.

Nesse sentido, a obra fundamental aqui citada é de autoria de Anette Goldberg, que, em sua dissertação de mestrado — *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*, de 1987 —, reconstrói o percurso do movimento feminista no Brasil. A tese principal da autora é que o endurecimento do regime militar, nos primeiros anos da década de 70, incentivou as mulheres politizadas e simpatizantes das idéias propostas pelos movimentos feministas internacionais a lutar pelo fim da ditadura e pela justiça social. Ou seja, a barbárie da ditadura militar motivou a incorporação das mulheres na aliança da sociedade civil pela abertura política.

Essa linha de ação, porém, teria deixado o feminismo em segundo plano na lista de ação políticas das lideranças feministas. E, nesse ponto, duas outras autoras têm presença significativa na dissertação ora apresentada: Maria Amélia Teles, com a *Breve história do feminismo no Brasil*, de 1993, e Maria Lygia Nehring, com o doutorado *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*, de 1981. As autoras, Goldberg, Teles e Nehring, concordam que o regime de exceção fez com que as feministas adiassem a agenda feminista para se aproximar das alas de esquerda, que conclamavam as mulheres a reforçar a luta por uma sociedade melhor para todos (homens e mulheres); o que seria possível com o fim da ditadura e a implantação de uma sociedade socialista. Conquistado isso, a agenda de reivindicação

feminista seria automaticamente cumprida, diziam as lideranças dos partidos de esquerda da época.

Essa situação político-social foi o pano de fundo para a inauguração dos jornais feministas da época (*Brasil Mulher*, 1975; *Nós Mulheres*, 1976, e *Correio da Mulher*, 1980, entre outros).

Mas, com o passar do tempo, a aliança entre as feministas e a esquerda se transformou num dilema (dedicação à atividade política pelo fim da ditadura, pela anistia geral e irrestrita, por uma sociedade mais justa ou dedicação aos temas e causas feministas), e, no início da década de 80, o dilema se tornou discordância. Os grupos não resistiram e se desfizeram, como o caso do *Brasil Mulher*, que terá o jornal analisado em detalhes no capítulo IV.

O marco da ruptura do movimento feminista e da conseqüente divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas foi o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados, respectivamente, em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo. Esses dois eventos foram palco da ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe. Os Congressos serão detalhados no capítulo III.

A pesquisa de campo aliada à bibliografia, que deu apoio histórico ao tema, já que descreve o ambiente político e intelectual que cercou as feministas, forneceu subsídios para classificar a imprensa feminista em duas gerações: a primeira (de 1974 a 1980), com linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais; a segunda (a partir de 1981), voltada para a questão de gênero, com linha editorial priorizando os temas específicos da mulher e tendendo para a especialização (daí as publicações dirigidas para saúde da mulher, legislação sobre as questões femininas, violência contra a mulher, sexualidade feminina, entre outras)².

² Os conceitos de classe e de gênero perpassam toda a dissertação e são fundamentais para a divisão da imprensa feminista pós-1974 em primeira e segunda geração.

Devo frisar que essa separação em primeira e segunda geração diz respeito à imprensa feminista; não se trata de uma pesquisa sociológica a ponto de afirmar o mesmo para o movimento feminista. Apenas utilizo acontecimento do movimento feminista para caracterizar, descrever e estudar a imprensa feminista, mas todas as afirmações desta dissertação se limitam à imprensa feminista e não alcançam o movimento feminista.

Outro ponto importante para esclarecimento: a imprensa feminista é um fenômeno social e, como tal, é dinâmica. Portanto seria inviável estabelecer uma linha divisória e estática colocando a primeira geração da imprensa feminista de um lado e a segunda geração de outro lado. Obviamente, em alguns momentos, as categorias se misturam, mas o objetivo central desta dissertação é perceber o fenômeno das duas gerações e descrevê-lo em linhas gerais, o que não exclui a possibilidade de haver um jornal feminista da década de 90 com as características dos periódicos da década de 70.

No capítulo III haverá discussão mais aprofundada sobre esses aspectos e conclusões gerais sobre o acervo estudado. No capítulo IV estão os estudos de casos e o capítulo V traz um panorama geral dos periódicos pesquisados.

Classe — O conceito de classe é utilizado aqui como na teoria das classes em Marx. “Para Marx, as Classes são expressão do modo de produzir da sociedade no sentido de que o próprio modo de produção se define pelas relações que intermedeiam entre as Classes sociais, e tais relações dependem das Classes com os instrumentos de produção. Numa sociedade em que o modo de produção capitalista domine, sem contrates, em estado puro, as Classes se reduzirão fundamentalmente a duas: a burguesia, composta pelos proprietários, e o proletariado, composto por aqueles que, não dispondo dos meios de produção, têm de vender ao mercado sua força de trabalho.” (Bobbio, 1992) O conceito de classe teria sido muito caro para a esquerda brasileira durante o período de fundamentação do feminismo no Brasil; em meados da década de 70, o conceito “classe” foi herdado pelas feministas. Sendo assim, nos periódicos da primeira geração da imprensa feminista, podemos perceber que o principal “inimigo” era o capital, como pregava a cartilha dos partidos de esquerda. Posteriormente, com a adoção do conceito de gênero, o “inimigo” principal das feministas deixa de ser o capital para ser o homem.

Gênero — A diferença entre homens e mulheres, até a organização do conceito de gênero, era marcada pelo conceito “sexo”, que remetia às diferenças naturais, biológicas e “normais” entre homens e mulheres. Com a ascensão do movimento feminista e de suas idéias, surgiu a necessidade de se contrapor ao naturalismo da submissão feminina, pois acreditava-se que a diferença entre homens e mulheres era construída socialmente. Então, se o sexo é natural, o gênero é construído socialmente. “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais.” (Scott, 1998) A introdução do conceito “gênero” reposicionou o movimento feminista no Brasil, que pôde observar com mais clareza os problemas que diziam respeito às mulheres, não por serem pobres ou ricas, mas por serem mulheres.

5) Pesquisa de campo: acervos

Além da leitura e análise da literatura preexistente sobre feminismo, imprensa, imprensa alternativa, imprensa feminina, imprensa feminista e movimentos sociais, a metodologia de pesquisa está baseada em um importante processo: a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo se refere ao levantamento dos periódicos. Com base nas pistas encontradas na literatura especializada e em conversas informais com integrantes do movimento feminista, selecionei três arquivos considerados referenciais para o tema: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na Unicamp, Campinas (SP), Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (SP) e Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), também sediada em São Paulo (SP). Durante o trabalho de campo, foram encontrados 75 periódicos feministas.³

A dissertação aqui apresentada passou por um grande desafio: adaptar um projeto e um cronograma de pesquisa que iriam estudar um universo de cinco ou seis publicações para um projeto que abarcasse 75 títulos.

A descoberta constante de mais e mais periódicos foi surpreendente e empolgante, mas o fato trouxe várias questões metodológicas, tais como: como trabalhar com todos os títulos? Como justificar a ausência de uns e a presença de outros? Como classificá-los de maneira genérica, de forma que ausentes e futuros jornais pudessem fazer parte da análise? Como operar a leitura dos periódicos? Como organizar a pesquisa de campo? Como armazenar informações sobre um universo tão extenso?

O volume de publicações encontradas motivou o estabelecimento de uma metodologia de estudo do material de forma que propiciasse a organização e o recolhimento das principais informações.

³ Ver tabela anexada no final deste capítulo.

A observação dos periódicos levou em consideração a composição e as alterações do conselho editorial, a equipe de redatores e redadoras, opções de pautas, assuntos predominantes, títulos e paginação. Foi feito levantamento do conteúdo político-ideológico dos discursos (escritos ou visuais) das capas e das principais matérias das publicações pesquisadas.

Consciente do que gostaria de investigar nos cerca de 75 periódicos encontrados, formulei uma ficha-padrão de pesquisa, a qual eu preenchia durante as visitas aos acervos.⁴ Ao todo foram 1.110 horas de pesquisa de campo.

A dissertação contém, em anexo, uma tabela com as características de cada publicação e indicação do acervo-sede. Portanto os futuros pesquisadores poderão ter acesso facilitado aos periódicos. Tal recurso pode ser útil, principalmente, para os pesquisadores que se encontram distantes das cidades de São Paulo e Campinas, que sediam os arquivos.

6) Inclusão dos jornais

A inclusão dos jornais seguiu o seguinte critério: toda publicação declarada feminista ou com conteúdo claramente feminista (defesa do aborto/direitos reprodutivos, saúde da mulher, trabalho e mulher, cobertura dos eventos feministas, entre outros) que foi encontrada nos arquivos pesquisados. Os títulos incluídos no trabalho dizem respeito às publicações com características jornalísticas, ou seja, ficaram de fora livros, cadernos com artigos analíticos ou revistas com conteúdo acadêmico/teórico.

Tal seleção resultou em 75 jornais pesquisados, revelando que a imprensa feminista é um fenômeno quantitativo, pois conta com um número expressivo de títulos; além de sua importância qualitativa de difundir o

⁴ Ver modelo de ficha no anexo do final do capítulo.

feminismo e propor o debate sobre os temas de gênero. A pesquisa de campo também leva a outra conclusão relevante: a imprensa feminista no Brasil é nacional, ou seja, não se limita ao Rio Janeiro e a São Paulo, pois capitais de todas as regiões do País contribuíram com suas publicações.

Para finalizar a discussão sobre a inclusão dos jornais, gostaria de frisar que muitos dos jornais pesquisados, talvez, formalmente, não pudessem ser classificados como “jornais”, devido às suas pequenas tiragens, reprodução por meio de copiadoras, ausência de jornalista responsável ou diagramação profissional.

Porém esses jornais “artesanais”⁵ (feitos com poucos recursos técnicos, profissionais e financeiros) representaram importante papel na organização, divulgação e debate das idéias feministas no Brasil. Aqui, a ausência de infraestrutura de empresa jornalística é mais um dado, mais uma informação a ser observada no processo de formação, divulgação e transformação do movimento feminista brasileiro.

7) Estudos de casos

No capítulo IV, para debater sobre as características que definem a primeira geração e a segunda geração da imprensa feminista, analiso mais profundamente alguns jornais que representam essas categorias. Assim sendo, selecionei, para representar a primeira geração, os jornais *Nosotras* (fundado em 1974) e *Brasil Mulher* (fundado em 1975).

O primeiro periódico, *Nosotras*, editado em Paris, França, traz à tona a experiência das mulheres (feministas e/ou de esquerda) exiladas. Tal opção permitiu aprofundar a abrangência e a complexidade da questão de classe dentro do movimento feminista, pois as exiladas perceberam que, mesmo enfraquecidas

⁵ Alguns exemplos: *Nosotras*, 1974; *Boletim da Associação Mulheres do Grajaú*, 1994; *Mulher Liberta Mulher*, 1980, *Força Mulher*, 1985, entre outros.

as diferenças de classe (situação encontrada nos países de exílio, na Europa e nos Estados Unidos), as diferenças de gênero permanecem e dificultam suas vidas nos âmbitos profissional, emocional e intelectual; ao contrário do que a esquerda brasileira pregava na época.⁶ O estudo do *Nosotras* também se torna importante ao dar a oportunidade de tratarmos de um grupo que vai implementar alterações no pensamento feminista brasileiro: as exiladas.

O segundo traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda. A situação clássica de dupla militância, já comentada aqui, do movimento feminista, no período de 1974 a 1980. O *Brasil Mulher*, fundado em Londrina (PR), surgiu, com seu número zero, com o mote da anistia (tema que ocupou suas páginas em todas as edições), e a primeira frase do editorial é: “[o *Brasil Mulher*] não é um jornal para mulher”. A polêmica que tal posicionamento gerou no meio feminista será detalhada no capítulo IV, mas por ora serve para ilustrar dois posicionamentos típicos da primeira geração da imprensa feminista: 1) dificuldade em se assumir feminista; e 2) deixar claro que a luta pela emancipação da mulher passa primeiramente pelos direitos humanos e pela construção de uma sociedade justa para homens e mulheres.

A segunda geração da imprensa feminista vem representada pelo *ChanacomChana* (fundado em 1981) e pelo *Jornal Fêmea* (fundado em 1992). O primeiro é um periódico lésbico-feminista, editado na cidade de São Paulo (SP), que muito bem representa a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e o grau de necessidade das mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. Ou seja, o *ChanacomChana* é um ícone da reivindicação das especificidades das feministas, fazendo contraposição com o discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres, sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal

⁶ Ver Alambert, 1980, e Costa, 1980.

especializado num tema (o lesbianismo) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista.

O *Fêmea*, segundo jornal da segunda geração, analisado em profundidade, é produzido pela ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), em Brasília (DF). A publicação agrega duas fortes características da segunda geração da imprensa feminista: ser editada por ONG (durante a década de 80, as feministas fundam organizações não-governamentais, geralmente com financiamento de organismos internacionais ou apoio do Estado, que nessa época, voltam suas atenções para as questões da mulher) e cobrir o tema mulher no Congresso Nacional, ou seja, uma abordagem legislativa da questão de gênero.⁷

Para conseguir mais detalhes sobre essas quatro publicações, foram realizadas entrevistas com as responsáveis. O relato da história do periódico e do grupo feminista organizador do veículo acrescenta valor ao estudo do jornal na medida em que revela os bastidores da produção dos jornais e do modo operante do grupo. A escolha das entrevistadas se deu pelo critério de importância estratégica. Busquei a responsável e ou fundadora da publicação, pois naturalmente deteve controle da maior parte do processo. Sendo assim, entrevistei Danda Prado (*Nosotras*), Joana Lopes (*Brasil Mulher*), Miriam Martinho (*ChanacomChana*) e Michelle Lopes (*Fêmea*). Foi um ponto importante da pesquisa a possibilidade de registrar a memória das responsáveis sobre os quatro jornais estudados em profundidade. O material existente sobre eles é escasso, principalmente sobre o *Nosotras* e o *ChanacomChana*. Agora os acontecimentos que envolveram duas das raras publicações da imprensa feminista radical são públicos e estão documentados.

A opção por separar os periódicos em duas gerações e levantar quatro títulos que representassem o conjunto de publicações teve o objetivo de não

⁷ Ver características das duas gerações da imprensa feminista no capítulo III.

esgotar a pesquisa — pelo contrário, deixa o caminho aberto para que outros trabalhos a complementem, com novos títulos, novas categorias, pesquisas regionais e outras possibilidades de classificação do acervo — e não comete injustiças, pois em nenhum momento há a afirmação de que se trata de uma catalogação da imprensa feminista; aliás, é provável que alguns títulos tenham ficado de fora. A opção por compor subgrupos (noticioso, estatal, legislativo, trabalho, universitário, saúde, religioso e variados) com a imprensa feminista, no capítulo V, formando um panorama geral, também auxiliou na análise do fenômeno, sem a carga do detalhamento individual das publicações. Isso se torna importante na medida em que as informações sobre os periódicos são escassas, desconstruídas e de difícil acesso. Muitos deles têm telefones e endereços de contato desatualizados, trazem apenas o primeiro nome dos responsáveis, e os arquivos pesquisados têm documentadas duas, ou até uma única edição, de algumas das publicações encontradas. Ou seja, seria um trabalho descomunal — com alto índice de equívocos — catalogar em detalhes todas as publicações feministas encontradas, por isso a sua divisão em duas gerações e a subdivisão em categorias foram fundamentais.

Modelo de ficha de pesquisa utilizada durante a pesquisa de campo

Data da consulta:

Lugar da consulta:

Nome da publicação:

.....
.....
.....

Edições pesquisadas:

.....
.....
.....

Estado/cidade sede:.....

Conselho editorial:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....

Entidades patrocinadoras:

.....
.....
.....
.....

Telefones:

E-mail:

Endereço:
.....

Número de páginas:

Cor:.....

Formato:

Temas abordados:

.....
.....
.....
.....

Resumo do editorial / propostas principais:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Tiragem:

Fotos / ilustrações:

.....
.....
.....

Outras informações:

.....
.....
.....
.....
.....

Impressões e anotações:

.....
.....
.....
.....
.....

Relação dos periódicos feministas pesquisados

Título	Cidade	Ano	Geração	Arquivo	Edições	Categoria	Entidade	Patrocínio
Boletim Associação de Mulheres do Grajaú	São Paulo/SP	1994	segunda	CIM	não há numeração, apenas referência ao ano de 1994. Dois números	noticioso	Associação de Mulheres do Grajaú	Fundação MacArthur
Boletim Centro da Mulher Brasileira	não declarada	1979	primeira	AEL	jun-jul/79	noticioso	Centro da Mulher Brasileira	não menciona
Boletim da Mulher	Curitiba/PR	1988	segunda	CIM	n1 (jun/88)	noticioso	Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos de Educação Popular	Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos de Educação Popular
Boletim de Movimento de Mulheres de Teresina	Teresina/PI	1982	segunda	CIM	edição especial fev/82, segundo semestre de 1981	trabalho	Movimento de Mulheres de Teresina	não menciona
Boletim do CIM	São Paulo/SP	1983	segunda	CIM	n1 (jul/83), n2 (fev-mar/84), n3 (dez/84), n4 (abr/85), n5 (set/85), n6 (dez/85), n7 (mar/86), n8-9 (set/86), n10 (mar/88), n11 (dez/88)	noticioso	Centro de Informação da Mulher	Fundação Ford e ICCO (Holanda)
Boletim do Movimento de Luta por Creches	São Paulo/SP	1980	primeira	CIM	n1 (mar/80)	noticioso	Movimento de Luta por Creches	não menciona
Boletim Informativo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	Salvador/BA	1990	segunda	CIM	ano I (jul-ago/90)	universitário	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA)	não menciona

Boletim Informativo do Conselho Estadual da Condição Feminina/ Voar é Preciso	São Paulo/SP	1992	segunda	CIM	ano II: 1, 2. ano III: 1, 2, 3, 4. ano IV: 2, 3. ano V: 1. ano VI: 1, 27. ano VII: 29	estatal	Conselho Estadual da Condição Feminina	Governo do Estado de São Paulo
Boletim Origem	Recife/PE	1988	segunda	CIM	n0 (set/88), n1 (out/88), n2 (mar/89), n3 (mai-jun/89), n4 (jun/89)	saúde	Grupo Origem	não menciona
Brasil Mulher	Londrina/PR - São Paulo/SP	1975	primeira	FCC/AEL/CIM	coleção completa, 16 edições	noticioso	Associação Brasil Mulher	assinaturas
Chanacom-chana	São Paulo/SP	1981	segunda	CIM/AEL	n0 (1981), n1 (dez/82), n2 (mar/82), n3 (mai/83), n4 (set/83), n5 (mai/84), n6 (nov-dez-jan/84/85), n7 (abr/85), n8 (ago/85), n9 (dez-fev/85-86), n10 (jun-set/86), n11 (out-jan/86-87), n12 (fev-mai/87)	variados - sexualidade	Galf (Grupo de Ação Lésbico-Feminista)	não menciona
Correio da Mulher	Porto Alegre/RS	1981	segunda	AEL	n 2 (mar/81)	noticioso-comercial	Editora Zero Hora	anunciantes
Direitos da Mulher	Santo André/SP	1998	segunda	CIM	n 3 (abr/98), n 4 (ago/98), n 5 (mai/99)	estatal	Prefeitura de Santo André	Prefeitura de Santo André
Em Dia com a Mulher	Brasília/DF	1987	segunda	CIM	n 2 (mar/87), n 3 (mar/98), n 4 (mar/89), edições sem numeração	noticioso	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	não menciona

Enfoque Feminista	São Paulo/SP	1991	segunda	CIM/AEL	n3 (ano I, mar/92), n3 (ano II, mai/92), n4 (ano III, abr/93), n6 (ano III, dez/93), n6 (ano III, ago/94) HÁ CONTRADIÇÃO: dois n6. n7 (ano IV/1995), n 8/9 (ano V, dez/95), n10 (ano VI, mai/97), n especial em nov/92	noticioso	Casa da Mulher do Grajaú, Casa da Mulher Lilith, CIM, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Pró-Mulher e União de Mulheres de São Paulo	Fundação MacArthur
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo/SP	1985	segunda	CIM/AEL	n 1 (abr/85)	universitário	Núcleo de Memória Popular do ABC - Instituto Metodista de Ensino Superior	Núcleo de Memória Popular do ABC - Instituto Metodista de Ensino Superior
Fala Maria	São Paulo/SP	1984	segunda	CIM	n1 (abr/84), n2 (mar/85), n4 (jul/86), n5 (abr/87), n6 (nov/87), n7 (nov/88), n8 (dez/89)	noticioso	Centro de Clubes de Mães	não menciona
Fala, Mulher	João Pessoa/PB	1990	segunda	CIM	n1 (nov-dez/90), n2 (jul/92), n3 (dez/92), n4 (mar/93), n5 (jul/94), n6 (mai/95)	noticioso	Centro de Mulher 8 de Março	não menciona
Fazendo Gênero	Goiânia/GO	1997	segunda	CIM/AEL	n1 (mar/97), n2 (out/97), n3 (mai/98), n4 (mar/99), n5 (jul/99), n6 (nov/99-fev/00), n7 (mar-jun/00), n9 (nov/00-fev/01), n10 (mar-jun/01)	saúde	Grupo Transas do Corpo	International Women's Health Coalition

Fêmea	Brasília/DF	1983	segunda	CIM	n0 a 83 (de fev/92 a dez/99) periodicidade bimestral (não tem 10, 28, 33, 43, 69), n84 (jan/2000), n85 (fev/2000), n87 (abr/2000)	legislativo	Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria em Projetos da Mulher na Lei e na Vida	Fundação Ford, MacArthur, IWHC, Unifem, Coordenadoria DST/Aids do Ministério da Saúde
Folha da Década	São Paulo/SP	1995	segunda	CIM	n0 (jan/95), n1 (fev/95), n2 (mar/95), n3 (abr/95), ed. especial (abr/95)	noticioso	Fórum de Mulheres de SP para Avaliação da Década	não menciona
Folha Feminista	São Paulo/SP	1999	segunda	CIM	n1 (mar/99), n2 (abr/99), n4 (jul/99), n5 (jul/99) <deve ter ocorrido erro na impressão>, n7 (set/99), n8 (out/99), n9 (nov/99), n10 (fev/2000), n11 (mar/2000), n12 (mai/99), n13 (jun/2000), n14 (jul/00), n17 (out/00), n18 (nov/00), n19 (dez/00), n21 (mar/01), n29 (nov/01), n25 (jul/01), n30 (jan/02), n31 (fev/02), n33 (abr/02), n34 (mai/02), n39 (out/02)	noticioso	SOF – Sempreviva Organização Feminista	ICCO

Folha Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1992 - n3	segunda	CIM	n3 (1992), n4 (1992), n5 (92), n3 (93), n7 (94), n8 (94)	religioso	Projeto Sofia: mulher, teologia e cidadania (ISER)	não menciona
Força Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	CIM/AEL	n1 (fev/85)	noticioso	Movimento Popular da Mulher (BH)	não menciona
Informação - Mulher	Campinas/SP	1987	segunda	AEL	n1 (jun/87), n10 (fev-mar/89), n12 (1990)/// No CIM tem 1 ao 13	noticioso	SOS - Ação Mulher	SOS Mulher/Ação -Mulher, com apoio da Unicamp/ Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Informe Mulher	Brasília/DF	1987/ n 3	segunda	CIM/AEL	uma edição s/d, n3 (out/87), n4 (dez/87), n5 (abr/88), n6 (jul/88), n7 (out/88), n9 (mai/89)	legislativo	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	não menciona
Jornal da Casa	Recife/PE	1993	segunda	CIM	n5 (dez/93), n6 (ago/set/94), n7 (out/nov/94)	trabalho	Casa da Mulher do Nordeste	ICCO e Casa da Mulher do Nordeste
Jornal da Mulher	São Paulo/SP	1980	primeira	AEL	n1 (1980)	noticioso	não menciona	anúncios, entre eles: Guaraná Antarctica
Jornal da Mulher	Curitiba/PR	1986	segunda	CIM/AEL	n1 (1986), n5 (ago/87)	estatal	Conselho Municipal da Condição Feminina	Prefeitura de Curitiba
Jornal da Mulher	Cabo/PE	1988	segunda	CIM	n1 (1988), n2 (1989)	noticioso	Centro das Mulheres do Cabo	não menciona
Jornal da Mulher do Grajaú	São Paulo/SP	1983	segunda	CIM/AEL	n1 (ago/83), n2 (out/83), n3 (abr-mai/84), n4 (mai-jun/86)	noticioso	Associação das Mulheres do Grajaú	não menciona

Jornal da Nova Família	São Paulo/SP	1988	segunda	CIM	n4 (abr-mai/88)	noticioso-comercial	Nova Pauta Comunicações e Publicações Ltda.	anunciantes
Jornal da Rede Saúde/ Jornal da Rede / Redefax	São Paulo/SP	1992	segunda	CIM	JORNAL DA REDE - n1 (mai/92), n2 (out/92), n3 (fev/93), n4 (jun/93), n5 (out/93), n6 (fev/94), n7 (jun/94), n8 (dez/94), n9 (abr/95), n10 (nov/95), n11 (mai/96), n12 (out/96). JORNAL DA REDE SAÚDE – n13 (jul/97), n16 (set/98), n15 (mai/98), n16 (mai/99), n18 (set/99), n19 (nov/99), n20 (mai/00), n21 (set/00), n22 (nov/00), n23 (mar/01). REDFAX - fev/97, set/97, out/97, nov/97, mar/98, abr/98, jun/98, ago/98, set/98, out/98	saúde	Unifem	International Women's Health Coalition (IWHC), Unifem e Fundação Ford
Jornal Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	CIM	n 0 (jul/86), n1 (out/86), n2 (nov-dez/86), n3 (out/87)	estatal	Conselho Estadual da Condição Feminina	Governo Franco Montoro
Maria	Curitiba/PR	1984	segunda	CIM	n2 (dez/84)	noticioso	Movimento de Mulheres 8 de Março	não menciona
Maria - O Jornal da Maioria	Brasília/DF	1987	segunda	CIM	n1 (abr/87), n2 (mai/87)	Noticioso-comercial	empresarial	publicação comercial

Maria Brasileira	São Paulo/SP	1979	primeira	CIM/AEL	n1 (mar/79), n2 (mai/84)	noticioso	Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (SP)	não menciona
Maria Maria	Salvador/BA	1984	segunda	CIM	n0 (mar/84), n1 (mai-jun/84), n2 (jul-ago/84), n3 (set-out/84), n4 (nov-dez/84)	noticioso	Grupo Brasil Mulher em Salvador BA	vários anúncios
Mariação	Goiânia/GO	1981	segunda	CIM/AEL	n 0 (mai/81), n 1 (dez/81)	universitário	Grupo Feminista de Estudos	não menciona
MariaMaria	Brasília/DF	1999	segunda	CIM	n 0 (1999), n 2 (segundo semestre 2000), n 3 (segundo semestre 2001), n 4 (segundo semestre 2002)	noticioso	Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
Mulher	São Paulo/SP	1991	segunda	CIM	n 10 (fev/91)	estatal	Confederação das Mulheres no Brasil	Governo do Estado de SP, CESP, IMESP, Sec. de Energia e Saneamento
Mulher	São Paulo/SP	1984	segunda	CIM/AEL	n1 (set/84), n2 (mar/85), n3 (set/85), n4 (mar/86)	estatal	Conselho Estadual da Condição Feminina	
Mulher	Natal/RN	1987	segunda	CIM	n2 (fev-mar-abr/87)	estatal	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Prefeitura de Natal (não fica claro)
Mulher ABC	São Bernardo do Campo/SP	1980	primeira	AEL	n0 (1980)	noticioso-comercial	Não menciona empresa responsável	anunciantes

Mulher - Libertação	Lins/SP	1988	segunda	CIM/AEL	n0 (mar-mai/85) a n58 (1999) com periodicidade trimestral	religioso	Pastoral da Mulher Marginalizada	Instituto Teológico de Lins
Mulher e Saúde	São Paulo/SP	1993	segunda	CIM	n1 (mai/93) a n28 (mar/02)	saúde	SOF – Sempre Viva Organização Feminista	John D and Catherine T. MacArthur Foundation, The Global Fund for Women, ICCO, Fundação Levi Strauss e Unicef
Mulher e Saúde	Cuiabá/MT	1982	segunda	CIM	n1 (1982), n2, n4 (abr/93), n5, n7, n8, n9, n11 (s/d)	saúde	Ação Integrada do Movimento de Mulheres	não menciona
Mulher Liberta Mulher	Porto Alegre/RS	1980	primeira	AEL/CIM	n1 (jul/80), n2 (fev/82)	universitário	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	não menciona
Mulher Notícias	Belo Horizonte/MG	1987	segunda	CIM	n0 (dez/87 e jan/88), n1 (mai-jun/88), n2 (nov-dez/88)	estatal	Conselho Estadual da Condição Feminina/MG	Governo de MG
Mulher Paulista	São Paulo/SP	1981	segunda	CIM/AEL	n0 (set/81), n3 (jun/91)	noticioso	Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas	não menciona
Mulher Pernambucana	Recife/PE	1984	segunda	CIM	jun/88	noticioso	Federação das Mulheres Pernambucanas	não menciona
Mulheres	São Paulo/SP	1984	segunda	AEL	n1 (1984)	variados-educação	Grupo de Mulheres da Zona Sul de SP	não menciona
Mulheres em Luta	Diadema/SP	1991	segunda	CIM/AEL	mar/91, mai/91	estatal	Coordenadoria Municipal da Mulher	Prefeitura do Município de Diadema, Coord. Municipal da Mulher
Mulher em	Salvador/	1994	segunda	AEL		trabalho	Sindicato	CUT

Movimento	BA				n1 (abr-jun/1994)		dos Bancários da Bahia/CUT	
Mulheres em Movimento	Santo André/SP	1998	segunda	CIM	n8 (mar/98), n10 (abr/2000)	noticioso	Fé-minina - Movimento de Mulheres de Santo André	não menciona
Mulherio	São Paulo/SP	1981	segunda	FCC/AEL/CIM	coleção completa (38 edições)	noticioso	Fundação Carlos Chagas	Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford
NEM- Núcleo de Estudos sobre a Mulher	Rio de Janeiro/RJ	1981	segunda	CIM	n1 (out/81), n2 (mai/82), n3 (dez/82), n4 (jul/83), n5 (jun/84), n6 (dez/85), n7 (jul/86), n8 (mar/87), n9 (set/87), n10 (dez/88), n11 (ago/89)	Universitário	PUC - RJ	não menciona
Nexo	São Paulo/SP	1988	segunda	CIM	n1 (jun/88), n2 (jul/88)	noticioso	Núcleo de Comunicação Mulherio	Fundação Ford
Nós e a Constituinte	São Paulo/SP	1986	segunda	CIM/AEL	n1 (fev/86), n2 (abr/86), n3 (jul/86), n4 (set/86), n5 (abr/87), n6 (mai/87), n7 (mai/87), n8 (jun/87)	legislativo	Intercâmbio das Organizações Populares de Mulheres	Rede Mulher
Nosotras	Paris/França	1975	primeira	CIM	n3 (mar/74), n4 (abr/74), n21-22 (set-out/75)	noticioso	Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris	assinaturas
Nosso Elo	São Paulo/SP	1989	segunda	CIM	ano I, n5 (dez/89)	religioso	Organização de Mulheres Autônomas e Libertas	não menciona
Nós Mulheres	São Paulo/SP	1976	primeira	FCC/AEL	coleção completa (8 edições)	noticioso	Associação das Mulheres	assinatura

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher	Belo Horizonte/MG	1985	segunda	CIM	n1 (jan-mar/85), n2 (abr-dez/85)	universitário	UFMG	não menciona
Núcleo Mulher - CODAC/ USP - Estudos Sobre Relações Sociais de Gênero	São Paulo/SP	1986	segunda	CIM	n1 (mai-jun/86)	universitário	Núcleo Mulher - CODAC/ USP - Estudos sobre Relações Sociais de Gênero	não menciona
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro/RJ	1985	segunda	CIM	n1 (jun/85), n2 (jul/85), n3 (fev/mar/86), n4 (jul/ago/88), n5 (mar/89)	variados - racial	Coletivo de Mulheres Negras	não menciona
Presença da Mulher	São Paulo/SP	1986	segunda	AEL	n1 (jul-ago/1986), n3 (jan-mar/1987), n4 (jun/87), n5 (jul-set/87), n6 (out-dez/87), n15 (jan-mar/90), n16 (abr-jun/90), n17 (out-dez/90), n18 (jan-mar/90), n19 (abr-jun/91), n20 (jul-set/91), n23 (set/92), n25 (mai-jun-jul/93), n27 (mar/95), n28 (nov/95)	noticioso	não menciona	anúncios
Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	Recife/PE	1992	segunda	CIM	número 0	saúde	Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	não menciona

Redir - Rede de Informação Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos	Juiz de Fora/MG	cerca de 1998	segunda	CIM	n3 (ano I, mai-ago/1999) e n4 (anoII, set-dez/1999)	saúde	Universidade de Juiz de Fora	Fundação MacArthur
Revista da Mulher Rural	Paraná	1995	segunda	CIM	edição especial	trabalho	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná/FETAEP	não menciona
Sempre Viva - Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo/SP	1986	segunda	CIM	n1 (set/86), n2 (nov/dez/86), n4 (mai-jun/87), n7 (set/87)	trabalho	Comitê da Mulher de São Bernardo do Campo	não menciona
Sexo Explícito / O Sexo Finalmente Explícito	Rio de Janeiro/RJ	1983	segunda	AEL/ CIM	n0 (jun/83), n1 (set/83), n3 (abr-mai-jun/84), n4 (jul-ago-set/84), n5/6 (out-nov-dez-jan-fev-mar/85), n7 (abr-mai-jun/85), n8 (jul/85 - jan/86)	saúde	Coletivo de Mulheres - RJ	não menciona
União de Mulheres de São Paulo (UBM)	São Paulo/SP	1985	segunda	AEL	n1 (jan/1985) e edição especial do 3º Congresso da UMB	noticioso	UBM	não menciona
Via-Láctea	Natal/RN	1993	segunda	CIM	n1 (jul-ago-set/93), n2 (out/93), n3 (mai-ago/94), n4 (dez/95), n5 (jul/96), n6 (ago/96), n7 (set/96), n8 (out/96), n14 (mar/abr/98)	universitário	NEPAM - Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e as Relações Sociais de Gênero	não menciona
Vida Vivida	Belo Horizonte/	1993	segunda	CIM	n2 (set-nov/93), n3	saúde	Centro de Referência	Ministério da Saúde –

	MG				(dez/93), n6 (s/d), n12 (s/d), n17 a 19 (s/d), n20, 21 e 22 (1999), a n23 a 25 (2000), n26 a 28 (2001).		de Educação em Saúde da Mulher (MUSA - Mulher e Saúde)	coordenadora de DST - Aids
Vivência	Campinas/ SP	anos Quercia/ Fleury - 1987-90/ 1991-94	segunda	CIM	ano II: 2. Ano III: 1	estatal	Centro de Vivência da Mulher CEVIM	Governo do Estado de São Paulo, via Cons. Est. da Condição Feminina, CPFL e Sec. de Energia e Saneamento

Observações:

1) Para mais informações sobre os jornais, ver capítulos III, IV e V.

2) Periodicidade: optei por não indicar a periodicidade, pois a maioria dos jornais começou com a proposta de ser mensal, mas na verdade não há periodicidade fixa. As publicações são editadas conforme as condições financeiras e editoriais.

3) Jornalista responsável: optei por não detalhar o jornalista responsável ou editor, pois há uma variedade muito grande. E alguns jornais (principalmente os que são ligados a entidades associativas) não revelam nomes específicos, justamente para valorizar a autoria coletiva.

Legendas:

FCC: Fundação Carlos Chagas

AEL: Arquivo Edgard Leuenroth

CIM: Centro de Informação da Mulher

ESTATAL: jornais com apoio financeiro dos governos estaduais, municipais e federal e presença dessas instâncias em suas pautas e coberturas jornalísticas

SAÚDE: voltado para temas de saúde da mulher

TRABALHO: voltado para as questões de trabalho e auto-sustentação da mulher

UNIVERSITÁRIO: periódicos noticiosos voltados e feitos por integrantes da comunidade feminista acadêmica

NOTICIOSO: *mix* de assuntos sobre mulher

LEGISLATIVO: sobre formulação, discussão e notícias do Legislativo sobre as questões da mulher

RELIGIOSO: publicações, voltadas para as mulheres, com o apoio da Igreja

VARIADOS: publicações que não se enquadraram nos subgrupos acima. Inclui EDUCAÇÃO, RACIAL e SEXUALIDADE

Capítulo II

Evolução do Projeto Feminista no Brasil

As afirmações feitas até aqui devem ser precedidas de uma apresentação dos encaminhamentos do projeto feminista brasileiro.

Qual era esse projeto? Por quais mudanças ele passou? O que motivou tais mudanças? Quais os significados que a palavra “feminismo” tem no Brasil? Sendo assim, o capítulo que segue tem como objetivo apresentar as principais características históricas e conceituais do feminismo.

Mulheres em movimento

Vozes e textos com assinaturas femininas e conteúdos com argumentação em defesa da justiça, igualdade e inclusão social e política figuram em nossa história desde as primeiras décadas do século XIX, com o surgimento da imprensa brasileira. Tanto que é curiosa uma comparação entre as datas de nascimento dos primeiros periódicos no Brasil, segundo pesquisa de Sodré, 1999,⁸ e as primeiras iniciativas das mulheres, através de textos, falas ou atos, na luta pelo espaço público e pelos direitos à igualdade, segundo trabalho de Zirbel, (sd)⁹. Ambos os fenômenos são quase simultâneos.

Autoras que viviam no período do Império defendiam a abolição dos escravos e usavam suas penas para exigir a instauração da República, abrindo caminho para as porta-vozes da batalha pelo direito de votar e ser votada. Direito este, alcançado em 1932, anteriormente a França, Itália e outros países europeus. E é durante o período de luta pelo sufrágio universal que o movimento de mulheres no Brasil tem seu ápice, a exemplo de outros países, como

⁸ “O Ceará conheceu a imprensa, em 1824, quando, a 1º de abril, começou a circular, em Fortaleza, o *Diário de Governo do Ceará*; já aparecera em Minas, em 1823, a 13 de outubro, o *Compilador Mineiro*. Apareceria em Niterói só em 1829, com o *Eco na Vila Real da Praia Grande*; só em 1831 em Santa Catarina, 11 de agosto, com o *Catarinense*; só nesse mesmo ano em Alagoas, a 17 de agosto, com o *Iris Alagoense*, só em 1832 no Rio Grande do Norte, com o *Natalense*; só nesse mesmo ano em Sergipe, com o *Recompilador Sergipano*, só em 1840 no Espírito Santo, com o *Estafeta*; só na segunda metade do século em províncias como Paraná, com o *Dezenove de Dezembro*, de 1853; ou o Amazonas com a *Estrela do Amazonas*, de 1854.” Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição, 1999, Rio de Janeiro, Mauad.

⁹ “Em 1832, a nordestina Nísia Floresta Augusta (abolicionista, defensora dos direitos da mulher à educação, à profissionalização e ao exercício de seus direitos civis e políticos) traduz para o português a obra de Mary Wollstonecraft “Direito das mulheres e injustiça dos homens” (*A vindication of the Rights of Women*). Em 1833, Maria Josefa Barreto passa a editar no Rio Grande do Sul o jornal *Belona Irada Contra os Partidos de Momo*, sendo citada por Pedro Maia Soares como a primeira jornalista brasileira. Em 1837, a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas escreve *O Ramalhete ou Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação*, defendendo a participação das mulheres nos debates políticos, e passa a lutar pela igualdade entre os sexos, denunciando a opressão masculina como causa dos defeitos femininos. Em 1845, Ana de Barandas edita o primeiro livro de ficção de Porto Alegre, *A filósofa por Amor*. Em 1850, o jornal carioca *O Liberal* publica uma série de artigos de Nísia Floresta, intitulados de *A emancipação da mulher*. Em 1851, Joana Paula Manso de Noronha torna-se redatora do jornal *A Imprensa de Pelotas* (RS). *O Jornal das Senhoras*, editado por Joana Paula Manso Noronha, surge em 1852 e, em 1862, surge *O Bello Sexo*, que, dirigido por Júlia Albuquerque Sandy Aguiar, entra em circulação em Campanha da Princesa (MG) e no Rio de Janeiro, com conselho editorial formado por mulheres que se reuniam semanalmente para discutir pautas”. Ilze Zirbel, “As Mulheres do Brasil: Tabela ilustrada de suas lutas e conquistas (1827-1970)”. <http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html>.

Inglaterra e França. Além de *O Bello Sexo* (1862), tivemos o *Sexo Feminino* (1873), *A Família* (1888), *A Voz Feminina* (1901), *O Nosso Jornal* (1919), a *Revista Feminina* (1915-1927) e *O Voto Feminino* (1929) como publicações dirigidas por mulheres que reivindicavam o direito do voto feminino (Zirbel, sd). Segundo Avelar, a maioria dos jornais era dirigida para mulheres da classe média urbana e tinha conteúdo apaziguador, atenuante do feminismo radical existente em outros países. “Reforçavam também a idéia de que a arena política não era o ‘lugar próprio’ das mulheres e sim a casa, o lar” (Avelar, 2001). O primeiro sinal de alteração iminente a favor da implantação dos plenos direitos políticos femininos veio em 1927, quando Juvenal Lamartine de Faria, um político do Rio Grande do Norte, alterou as leis eleitorais locais e provocou mudanças na Constituição Federal para que as mulheres tivessem o direito de votar e serem votadas. Em 1928, Alzira Soriana de Souza entrava para a história como a primeira mulher eleita no País para o cargo de prefeita de Lages (RN). O desfecho de toda a movimentação feminina veio em 24 de fevereiro de 1932, quando Getúlio Vargas baixa decreto instituindo o voto feminino em todo o território nacional. “Esse tipo de resultado deu ares conservadores à vitória do movimento de mulheres, que na época também militava pelos interesses das mulheres trabalhadoras, a necessidade de se instituir educação em colégios mistos, mudança de legislação que reconhecia como incapaz a mulher casada, a política voltada às crianças abandonadas e a emancipação econômica das mulheres” (Avelar, 2001).

A ditadura getulista (1937-1945) desarticulou os grupos femininos e adiou o voto das mulheres, que só se efetivou em 1946. Seguiu-se um longo período de aquietação e acomodação de forças. Nas três décadas seguintes, alguns textos e uma ou outra publicação de autoria feminina tentaram dar continuidade à mais forte reivindicação das mulheres brasileiras pós-voto: o direito ao acesso à educação. Dessa época, destacam-se nomes como o de Ana

Aurora Amaral Lisboa, redatora do jornal *A Reforma* (1942), e Arcelina Mochel, do *Momento Feminino* (1947). Os esforços e argumentos dessas articulistas muitas vezes vinham camuflados por um discurso em defesa da família, da saúde, modernização da sociedade e construção adequada da cidadania dos jovens, pois todas essas manifestações da sociedade estavam intimamente vinculadas à mulher, que realizaria melhor suas funções de “educadora” quanto maior seu grau de escolaridade — argumentavam. De qualquer maneira, fosse em nome da educação dos filhos ou da possibilidade de conquistar um bom casamento, cresceu o número de mulheres na rede de educação, e elas foram mais e mais ocupando seus espaços nos palanques públicos, jornais, livros, universidades, órgãos governamentais e partidos políticos.

“Cresceu na década de cinquenta a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora e outras, que exigiam da mulher uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-nas profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e gerou mudanças no status social das mulheres. Entretanto, eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a idéia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio” (Bassanezi, 2000).

Em resposta à contínua opressão masculina, por meio de regras sociais restritivas — além do processo de endurecimento político, durante a década de 60 —, a geração da última metade da década de 70 e de 80 adotou e viveu com intensidade as idéias do feminismo.

O dilema de uma geração: modernização *versus* regime autoritário

O feminismo e suas idéias aportam no Brasil no momento de maior endurecimento do regime militar — os primeiros anos da década de 70 — e de modernização da sociedade por meio do “milagre econômico”. Tais situações políticas e econômicas teriam interferido nos rumos do movimento feminista, criando condições de consolidação para determinadas tendências feministas e enfraquecimento de outras.

A afirmação acima é a tese principal da dissertação de mestrado *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*, de Goldberg, 1987. Na obra, a autora reconstrói o percurso do movimento feminista no Brasil, classificando-o como liberalizante e como tendo sido gerado “num contexto peculiar caracterizado pelo entrelaçamento entre modernização da sociedade e consolidação do regime autoritário”. A partir da distinção entre movimento feminista e movimento de libertação da mulher, Goldberg analisa os vários significados atribuídos ao conceito “feminismo”. A obra também analisa “a diferenciação entre estudos sobre a mulher e pesquisas feministas”, com o objetivo de retratar a articulação entre tais estudos e o movimento feminista. Tal tarefa, porém, foi mais bem realizada no artigo, da mesma autora, “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político” (Goldberg, 1989).

Um conceito caro para Goldberg é a distinção entre movimento feminista e movimento de libertação das mulheres. O primeiro tinha Betty

Friedan¹⁰ como liderança e defendia a igualdade entre homens e mulheres através de reformas sociais na educação, no trabalho, na legislação e em outros fóruns. O segundo pregava o fim do patriarcado e do modelo masculino de exercício do poder e foi subdividido em feminismo radical e feminismo marxista ou socialista; ambos concordavam que os sexos constituíam uma categoria socialmente construída: os gêneros,¹¹ mas discordavam na concepção de patriarcado e de qual seria a melhor estratégia para eliminá-lo.¹²

A autora acredita que o movimento de libertação das mulheres e suas tendências teriam sido suprimidos no Brasil por dois motivos básicos: 1) a eficiente utilização do discurso da “modernidade” pelo regime militar durante sua primeira década no poder e 2) o endurecimento do regime militar, que incentivou o alistamento de mulheres politizadas e simpatizantes das idéias propostas pelos movimentos feministas internacionais na luta pelo fim da ditadura e pela justiça social, incorporando-se à aliança da sociedade civil pela abertura política. O enfoque nessa causa teria deixado o feminismo de libertação em segundo plano na lista de ações políticas das lideranças feministas. A coexistência de um embrião de feminismo brasileiro e o regime de exceção influenciou o projeto feminista do País, que teve suas lideranças deslocadas para as agendas das alas de esquerda que conclamavam as mulheres para reforçar a luta por uma sociedade melhor para todos (homens e mulheres); o que seria possível com o fim da ditadura e a implantação de uma sociedade socialista; isso conquistado, a agenda de reivindicação feminista seria automaticamente cumprida. Essa idéia foi fundamental na primeira fase do feminismo brasileiro e

¹⁰ “Feminismo liberal ressurgiu nos Estados Unidos, nos anos 60, representado pela organização National Organization of Women (NOW), criada por Betty Friedan. De todas as orientações presentes nos novos movimentos de libertação das mulheres nas sociedades liberais avançadas, essa é no meu entender a que mais se aproxima de uma ideologia universalista, visto que, a partir de uma concepção igualitária dos sexos, ela enfatiza as possibilidades da realização, de conquista de liberdade e de emancipação das lideranças, do estrelismo e do conceito de representação política, mas incorporou elementos de ideologia do mérito e do esforço para a obtenção do sucesso, da ascensão social e do poder” (Goldberg, 1987).

¹¹ Sobre o conceito de gênero ver Aquino, 1995; Bruschini, 1992; Brito, 2001; Costa, 1998; Heilborn e Sorj, 1999.

¹² Ver Alambert, 1980.

influenciou todo o resto de seu percurso, pois determinou suas lideranças, metas, formas de ação e encaminhamentos políticos.

Outra tese importante na obra de Goldberg é que se, de um lado, o regime de exceção aproximou as feministas das causas da esquerda, resultando no enfraquecimento do movimento de libertação da mulher e suas tendências, de outro lado, o período teria sido solo fértil para o feminismo liberal (reformista). “Todo esse processo modernizador da libertação sexual e profissionalização das mulheres se deu dentro de uma perspectiva individualista, competitiva, de êxito pessoal e de ascensão social, onde não havia aparentemente motivos para questionamentos a propósito dos ‘gêneros’ feminino e masculino [...], ou para uma identificação com outras mulheres que suscitasse qualquer agrupamento ou mobilização coletiva de novo tipo” (Goldberg, 1987).

O que Goldberg chama de “processo modernizador da libertação sexual e profissionalização das mulheres” pode ser, segundo ela, caracterizado por quatro fatos que marcam a modernização dos costumes e as mudanças de mentalidade da mulher brasileira: a alteração do estatuto jurídico da mulher casada, o “milagre econômico” e os novos hábitos e comportamentos sociais pregados pelas recém-lançadas revistas *Cláudia* e *Nova*.

A alteração no estatuto foi incorporada ao Código Civil em 1962 e “distinguiu a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e dos menores e lhe possibilitava o exercício de atividades assalariadas sem necessitar a autorização do marido, este, no entanto, permanecia sendo chefe da sociedade conjugal” (Goldberg, 1987). No mesmo ano surgiu a revista *Cláudia*, que se diferenciava das revistas anteriores por trazer matérias sobre atualidades e tratar sua leitora como uma consumidora moderna, apresentando sistemas de escolha, compra e uso de produtos, implantação e manutenção de comportamentos indicados para a mulher moderna, atual, adequada aos novos tempos.¹³

¹³ Ver Buittoni, 1981, e Nehring, 1981.

Fenômeno importante da revista *Cláudia* foi a participação da jornalista Carmem Silva, com seus artigos mensais sobre temas que permeavam a vida da mulher daquela época; “se referiam aos problemas da vida cotidiana das mulheres das camadas médias urbanas, às dificuldades de relação entre os sexos, a questões candentes para o sexo feminino da época — medo da solidão, busca da felicidade, insatisfação da vida conjugal, frustrações sexuais, maternidade, desejo, bloqueios e culpas” (Goldberg, 1987).

O “milagre econômico” — e sua promessa de proporcionar à classe média um aumento na capacidade de consumo — era outra faceta do governo militar, que propagava o medo entre os setores contrários ao golpe. “Dentro da euforia do ‘milagre econômico’ e da rápida ‘conversão à modernidade’ de setores das camadas médias urbanas brasileiras, começou a ser positivamente veiculado, no início dos anos 70, um novo símbolo feminino — a mulher ‘liberada’, casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, a aparência física, a vida sexual” (Goldberg, 1987). Para atender, reforçar e aumentar o público feminino interessado no comportamento sexual considerado adequado para a mulher moderna, surge, em 1973, a revista *Nova*, versão brasileira da *Cosmopolitan* norte-americana, com enfoque editorial na liberação sexual da mulher (Buittoni, 1981).

O período também significou um aumento de 152% da matrícula no ensino superior, sendo que em 1956 as mulheres representavam 26% dos ingressantes nesse nível de ensino; em 1971 passou para 41,5% e em 1975 ultrapassava 50%, superando o número de homens matriculados. Tal incremento no número de matriculadas está ligado à reforma do ensino superior realizada pelo governo militar, a qual incentivou a abertura de universidades particulares (Goldberg, 1987). A década de 70, também, é cenário do aumento de mulheres trabalhadoras no sistema produtivo. “A taxa de atividade feminina que relaciona as mulheres que trabalham com a população feminina de mais de 10 anos,

passou de 14,6% em 1950 a 18,2% em 1970 e a 28,8% em 1976” (Goldberg, 1987).

Portanto, no cenário setentista a repressão militar imputava às mulheres de esquerda a necessidade de se posicionarem pela queda do regime golpista. Essas mesmas mulheres iniciavam contato com o ideário feminista internacional, vindo da Europa (principalmente França e Inglaterra) e Estados Unidos, muito por meio da ação intelectual e política das exiladas. Mas essas mulheres, também, passaram a viver num País que começava a experimentar os benefícios da modernização social, cultural, tecnológica, que dessa vez parecia incluí-las, haja vista a reforma na educação que ampliou o acesso de mulheres ao ensino superior e o ingresso no mercado de trabalho. Juntem-se a isso as conquistas sociais como o controle reprodutivo, a abertura sexual (inclusive em forma de revistas vendidas em bancas, que tratavam de temas como aborto e orgasmo). Enfim, o terreno tornava-se fértil para a consolidação do feminismo liberal, marcado pelas ações que contemplassem as conquistas jurídicas em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e liberassem as mulheres para lutar individualmente por uma vida mais digna. O caminho para isso estava didaticamente diagramado e fotografado nas páginas de *Cláudia e Nova*: estudar, trabalhar, ser feliz sexualmente e se realizar como mãe e mulher, sem perder a independência financeira.

Apesar de o feminismo reformista ter representado a tendência de maior força, outros “feminismos” concorreram pela liderança do movimento no Brasil. As próximas notas trazem breve apresentação das principais correntes feministas.

Os feminismos

“Em nenhum lugar do mundo pode-se falar de feminismo no singular” — a frase é de Saffioti, 1987. A autora levanta as cinco definições mais características do feminismo: conservantismo, liberalismo, marxismo dogmático, feminismo radical e feminismo socialista. Também veremos a classificação de Avelar, 2001.

Saffioti define como pressuposto central do conservantismo a relação entre os sexos (homem e mulher) do ponto de vista da natureza e da biologia, deixando fora de suas análises o contexto social, econômico, histórico, político, cultural. E tornando a desigualdade entre homens e mulheres um fato natural que deve ser respeitado. “[...] focaliza o sexismo como *desigualdade natural*, aceitando, como ponto de partida inquestionável, a *naturalização* de processos sociais. [...] Esta corrente de pensamento, quase onipresente na formação de profissionais do campo da saúde, tem tido conseqüências desastrosas para a mulher no terreno da saúde mental, para não mencionar os efeitos deletérios de métodos contraceptivos femininos [...]”. (Saffioti, 1987).

O liberalismo traz como postulados fundantes liberdade, igualdade e fraternidade e proporcionou às feministas liberais os argumentos necessários para reivindicarem a igualdade de homens e mulheres perante a lei e a ampliação da democracia, incluindo um crescente contingente de pessoas na cidadania. Essa corrente de pensamento tem na fundação da NOW, e suas atividades, e na publicação do livro *A mística feminina*, de Betty Friedan, 1970, seus principais divulgadores. Para facilitar argumentação futura, seguem alguns pontos da Carta de Direitos contida no livro de Friedan:

- Emenda constitucional de direitos iguais;
- Implementação da lei que elimina a discriminação sexual no trabalho;

- Direito à licença-maternidade e aos benefícios da previdência social para as assalariadas;
- Direito à dedução de imposto sobre a renda das despesas com cuidado da casa e dos filhos para os pais (mãe e pai) que trabalham;
- Creches;
- Educação igual e não segregada;
- Igualdade de oportunidade no treinamento ocupacional e pensão alimentícia para mulheres pobres;
- O direito das mulheres ao controle de sua vida produtiva.¹⁴

O marxismo dogmático, inspirado nos escritos de Marx e Engels, utilizou a dialética materialista para focar a questão feminina como inserida na luta de classes, o que reduzia a agenda feminista ao quase esquecimento.¹⁵ “Rigorosamente, esta postura tem colocado empecilhos nas lutas de mulheres pela igualdade social com os homens, já que, no mínimo, privilegia ostensivamente a luta de classes. A mulher só apresenta interesse na medida em que se ponha a serviço da luta de classes. Na qualidade de ser discriminado, com legitimidade para reivindicar a igualdade social com o homem, a mulher é, simultaneamente, um tema secundário, em nível de pesquisa, e uma ameaça política. Tem sido esta a posição geralmente assumida pelos partidos comunistas do mundo” (Saffioti, 1987).

As feministas radicais, segundo Saffioti, lutam pelo fim da tirania da família biológica e a favor da bissexualidade e da pansexualidade, onde a diferença genital entre os sexos não mais importaria. Dentre as idealizadoras destaca-se Shulamith Firestone, e uma de suas principais reivindicações era reprodução artificial como solução das disputas envolvendo os direitos reprodutivos. Saffioti aponta o feminismo radical como responsável pela

¹⁴ Ver também, Galeotti, 1995.

¹⁵ Ver Alambert, 1980.

imagem negativa do movimento feminista, apesar de essa ala encontrar-se em franca minoria dentro do movimento. “Trata-se, portanto, de uma postura que, além de não ter nenhuma probabilidade de vitória, fornece munição infundável aos que não desejam perder seus privilégios derivados do capitalismo-patriarcado, dificultando sobremaneira a luta das(os) interessados em operar mudanças profundas nas formações sociais capitalistas [...]” (Saffioti, 1987).

Aqui é necessário fazer um parêntese. A posição de Saffioti para com o feminismo radical não confere com o conceito de Goldberg sobre o termo. Para Goldberg, o feminismo radical contribuiu com o movimento feminista ao instaurar os chamados grupos de autoconsciência e abrir a agenda das mulheres para a prática de uma vida alternativa. Goldberg explica que nos grupos de autoconsciência as mulheres eram levadas “a constatar que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas que faziam parte de toda uma vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres” e que esses grupos “representavam um micro-experimento social de tipo utópico, um lugar onde as participantes estariam pondo em prática uma alternativa de vida num espaço livre, no qual deveria existir solidariedade, irmandade e cujo potencial transformador e revolucionário, tanto na vida pessoal quanto com respeito à sociedade, poderia ser imenso” (Goldberg, 1987). O contraponto de idéias ilustra a complexidade que envolve qualquer tentativa de definição do movimento feminista.

O feminismo socialista tenta solucionar a dicotomia entre relações de gêneros e relações de classes sociais buscando a conciliação das agendas e priorizando gênero, mas dentro de uma análise da dialética materialista.

Para Avelar, 2001, o feminismo contaria com quatro grandes vertentes. O feminismo liberal, que prega reformas progressivas que levam à igualdade entre os sexos e constitui a visão mais conservadora do feminismo ao valorizar mais a emancipação do que a libertação da mulher. O feminismo socialista traz

toda a diversidade existente entre as correntes trotskista, leninista, maoísta, humanista e marxista libertária. Uma idéia principal do feminismo socialista, segundo a autora, vem de Engels, que definia a exploração da mulher como um produto da sociedade capitalista, tendo o casamento burguês como a célula reprodutora desse modelo. O feminismo marxista afirma que as mulheres constituem o principal exército de mão-de-obra e que o trabalho não pago na família é exploração das mulheres, como consumidoras e como objetos sexuais. E a corrente do feminismo radical, próxima ao feminismo socialista, veria o papel da mulher na família como a base de toda a opressão.

A diversidade de linhas e idéias feministas indica a abrangência do movimento feminista no Brasil. As divergências e concordâncias entre as feministas, interna ou externamente aos seus grupos, provocaram intensa movimentação entre as militantes. Mas, como o tema “mulher” estava ganhando espaço e importância, a sociedade, por intermédio de suas instituições representativas, acabaria por optar por um “feminismo bom para o Brasil”. Como isso se deu é o que veremos no item que segue.

O feminismo “bom para o Brasil”

As idéias sumariamente resumidas anteriormente mostram quais foram as tendências que orientaram o feminismo brasileiro e fomentaram uma enorme movimentação das feministas entre grupos e partidos políticos, promovendo rachas e acordos.

Vamos tentar entender qual feminismo foi considerado “bom para o Brasil”.

O movimento feminista brasileiro inicia sua trajetória nos braços dos partidos e forças políticas da esquerda. Essa afinidade — e o hibridismo da militância — deve-se à necessidade de combater o regime militar e seus

projetos, pois a prioridade do momento, e de toda a sociedade, era esvaziar o regime do golpe e promover a anistia e abertura política. Nesse contexto, as mulheres que militavam pelas causas feministas eram vistas pela esquerda como uma força a mais na luta contra a ditadura, e o feminismo e sua agenda ficaram em segundo plano. Ou seja, para a esquerda, o feminismo “bom” era o que lutava contra a opressão de classe, pois, isso resolvido, a sociedade como um todo, incluídas as mulheres, teria uma vida melhor.

Além dos partidos de esquerda, outra instituição importante, que na época também se tornou atuante contra o regime militar e acabou criando interface com o movimento feminista, foi a Igreja Católica.¹⁶ Através de suas pastorais (da criança, da mulher, dos trabalhadores rurais e outras), a Igreja Católica foi aliada e exerceu forte influência nas ações da esquerda. Alguns acontecimentos dão a medida da relação Igreja/esquerda/enfrentamento do regime militar. Em 1975, ano em que o jornalista Wladimir Herzog morreu sob tortura sofrida na prisão, houve culto ecumênico na Catedral da Sé que se transformou numa manifestação política. Em 1971, formaram-se as equipes de educação que se dedicavam a alfabetizar adultos moradores das periferias segundo o método Paulo Freire, utilizando espaços cedidos pela Igreja. O padre Giorgio Calegari, também em 1971, fundou o Centro Pastoral Vergueiro, com o objetivo de formar um arquivo sobre as lutas e iniciativas populares (Sader, 1995). Enquanto isso, multiplicavam-se os clubes de mães, encontros de jovens, de noivos e outros, com o intuito de refletir sobre os problemas do bairro, da cidade, da sociedade e do país.

“Desde o início dos anos 70, uma comissão conciliar coordenava atividades de evangelização entre a população mais pobre da zona sul, englobando cerca de 80 paróquias, em que a catequese tradicional já se vinculava aos temas da libertação e ao estímulo à participação coletiva. Padres,

¹⁶ Ver Sader, 1995.

freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência humana, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoral da sociabilidade capitalista. Vinculavam assim o cristianismo à idéia de uma existência comprometida com a luta pela justiça social, com a solidariedade, com a participação consciente na vida coletiva. Nesse sentido, a expansão dos clubes de mães é inseparável da expansão das comunidades de base no mesmo período” (Sader, 1995).

A Igreja atuava de forma intensa na periferia de São Paulo, formando grupos de reflexão religiosa/política a partir da realidade vivida pela população local. Os participantes de tais grupos lembram que os trabalhos se iniciavam com uma oração, depois vinham as discussões sobre as necessidades dos bairros — como transporte, saúde, educação, creches, rede de esgoto, asfalto e outras — tirava-se uma agenda de ação, distribuía-se tarefas e então a reunião era fechada com outra oração. Esses grupos eram formados em sua maioria por mulheres, donas de casa ou trabalhadoras informais que tinham tempo e interesse em participar de tais encontros. Seus maridos muitas vezes não sabiam dessa ação política, pois tudo acontecia em horário comercial, enquanto estavam trabalhando, e os filhos eram levados para as reuniões ou deixados com as vizinhas que não queriam participar. Sendo assim, a Igreja reuniu e iniciou várias mulheres interessadas em cobrar seus direitos de cidadãs. Dessa tendência também surgiu o Movimento Contra a Carestia, em que as mulheres pediam a baixa dos preços. As feministas atuaram nesses movimentos por três fatores: 1) pelo grande número de mulheres envolvidas no processo, pois parecia natural que o feminismo ganhasse espaço em tal terreno, 2) pela alta legitimidade das reivindicações, do ponto de vista das mulheres, como construção creches, escolas, postos de saúde, etc., 3) tal participação era incentivada pelas células de

esquerda, que indicavam fóruns de participação obrigatória para seus associados (Goldberg, 1989). Porém a relação entre Igreja Católica e feminismo era paradoxal, já que muitas das idéias feministas eram rechaçadas pela Igreja, tais como liberação do aborto, direito reprodutivo, vida sexual liberal (lesbianismo), educação sexual, questionamentos sobre o casamento e o patriarcalismo, entre outros.

Sader, 1995, comenta a Declaração de Medellín, elaborada durante a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na Colômbia, em 1968, como contendo as diretrizes da nova Igreja Católica. “A Igreja em Medellín reafirma o papel central da ‘família cristã’ na preservação da moralidade que ela prega e que se vê ameaçada pelo crescimento de ‘uniões ilegais’ e ‘ocasionais’, pelo ‘divórcio tão facilmente aceito’. Pelas ‘desordens sexuais’, ‘aceitação do hedonismo e do erotismo’. No plano familiar, a norma do recato, da obediência à ‘Lei divina’, manteve a Igreja como pilar da ordem social. Embora, ao denunciar as condições econômicas do capitalismo que provocam a desagregação familiar nas camadas pobres da população, seu ‘controle moral’ vincule-se a um ‘denúncia política’. Por outro lado, o que ganha ênfase em Medellín é precisamente a denúncia das estruturas sociais que geram profundas desigualdades, exploração e miséria.”

Portanto, mais uma vez, o feminismo e suas principais premissas ficaram sufocados, e as feministas passaram a contribuir no processo de abertura do regime militar como mulheres, como cidadãs, como candidatas a cargos eletivos, mas não como feministas.

“Em São Paulo, as mulheres já estavam semi-organizadas, em meados da década de 70, como resultado de sua participação nos Clubes de Mães da Igreja Católica. Agregue-se a isto a organização das mulheres em torno do Movimento contra a Carestia (MC), que teve lugar no período de 1974-77, passando, a partir de 1978, a articular-se com outros movimentos da sociedade civil e política.

Embora o Movimento pela Anistia não tenha vínculos específicos com o Movimento das Creches, teve como resultado o reforço deste, na medida em que não somente representou um avanço notável dos movimentos feministas, mas também possibilitou a unificação de mulheres em torno de uma causa comum a todas elas e a toda a sociedade, independentemente de filiação político-partidária. Em decorrência do fato de o Movimento pela Anistia ter atuado como o grande articulador das mulheres, teve conseqüências muito positivas para a constituição de novas formas de luta. As lutas isoladas reivindicando creches encontraram um espaço de unificação, sob a liderança de feministas. E é justamente no I Congresso da Mulher Paulista que se lança formalmente o Movimento de Lutas por Creches. Como o próprio nome indica, lutas isoladas passaram a integrar um só movimento. Apenas visando ordenar os acontecimentos, pode-se usar a cronologia exposta a seguir, uma vez que ela permite a visualização das etapas de organização do Movimento das Creches em São Paulo:

até 1972 — Lutas isoladas;

1972-1974 — Clubes de Mães (ainda semi-isolados);

1973-1978 — Movimento da Carestia;

1977-1978 — Movimento da Anistia;

1977-1978 — Movimento Feminino;

1979 — I Congresso da Mulher Paulista: lançamento oficial do Movimento de Luta por Creches (MLC)” (Saffioti, 1987).

A autora deixa clara a reunião de feministas em torno de uma agenda social, bem distante das questões de direito reprodutivo, sexualidade e questionamento do patriarcalismo como sistema organizacional. Mas uma passagem de Safiotti explica bem os motivos que levaram as feministas a atuar nas frentes dos projetos sociais, como o MLC.

“Cabe, aqui, dar a palavra a Rosemberg, Malta Campos e Pahim Pinto, que estruturam profundamente o problema. ‘Uma análise atenciosa dos documentos produzidos na época permite que se apreenda, para além da reivindicação objetiva e unitária por creches, matizes de dissidência. É como se essa palavra de ordem tivesse sido usada para encobrir, temporariamente, divergências políticas fundamentais entre os grupos feministas na medida em que possibilitava — naquele momento — o desenvolvimento de uma estratégia comum: a mobilização de mulheres. De um lado, as feministas tidas como radicais, hostilizadas e estigmatizadas como ‘revisionistas burguesas’ por insistirem na luta em torno das discriminações de gênero, encampavam a luta por creche, que é ao mesmo tempo uma reivindicação popular, que corresponde ao anseio das mulheres de baixa renda e que permite a crítica ao papel tradicional de mãe, enquadrando-se, portanto, no contexto do ideário feminista. De outro, grupos recém-convertidos ao feminismo, originários a partir de movimentos políticos que priorizam a luta de classes, encontravam na reivindicação por creche uma possibilidade de mobilizar e organizar mulheres, aliar-se às ‘feministas radicais’, sem enfrentar a questão divisória de águas, o fantasma da ruptura: a sexualidade, o planejamento familiar, a discriminação do aborto, o controle da mulher sobre seu próprio corpo. É assim que a proposta unitária escondia o medo da ruptura no interior da própria esquerda, entre as forças de oposição do regime que tinham na Igreja Católica, na Teologia da Libertação, mais do que uma aliada: a única instituição nacional que foi capaz de mobilizar, organizar e dar voz às ‘classes populares’, mesmo no período mais fechado da ditadura militar. Reivindicar creches era, naquele momento, uma palavra de ordem consensual. A participação de grupos feministas no MLC foi, na verdade, episódica, tendo cessado logo. Apesar da creche continuar sendo levantada em vários encontros feministas (como Tribunal Bertha Lutz, realizado em 1982), os antigos, e mesmo, os novos grupos que vão se formando,

priorizam outros temas, como a violência, a saúde, a descriminalização do aborto, o planejamento familiar.”

Com a abertura do regime e as primeiras eleições diretas, as reivindicações das mulheres e das feministas entram para a pauta dos partidos e candidatos alinhados à esquerda. Tal fato foi impulsionado pela reivindicação de mulheres presentes nos partidos e porque os candidatos perceberam que o voto feminino podia fazer diferença na abertura das urnas. De uma forma ou de outra, os governos democráticos implantaram programas voltados para a mulher, principalmente na área da saúde (com atendimento especial para esse público) da segurança (com a abertura das Delegacias da Mulher). Com destaque para os Conselhos da Condição Feminina.

“Durante a campanha eleitoral de 1982, um grupo de feministas filiadas ao PMDB lutou pela criação de um organismo de Estado (de São Paulo), cuja função viesse a ser o combate permanente das discriminações contra a mulher. Tendo o governador eleito assumido o poder em março de 1983, criou, a 4 de abril de 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina [...] Os estados de Minas Gerais e Paraná seguiram o exemplo de São Paulo, tendo o então governador do primeiro estado se adiantado ao de São Paulo no ato de dar posse às conselheiras. Movimentos visando à criação de Conselhos Municipais da Condição Feminina já espocam pelo interior do estado de São Paulo (também em outras áreas, as aspirações estão tomando este rumo como, por exemplo, no brejo paraibano), já tendo sido implantado o Conselho de Santos. O de Atibaia está criado, porém, ainda não implantado. Curitiba também já dispõem de um Conselho Municipal. [...] e o Conselho Nacional da Mulher criado pelo Presidente Sarney, em 1985, cumprindo promessa de Tancredo Neves [...]” (Safiotti, 1987).

O fato resultou na ida de várias militantes feministas para os quadros do governo, o que, supostamente, esvaziou o movimento feminista e de certa forma

o enfraqueceu, pois havia a sensação de que as reivindicações das mulheres tinham sido atendidas.

“[...] o movimento feminista, o movimento negro e os movimentos urbanos tiveram que se deparar com programas governamentais que abriram um espaço novo de intervenção e tentativas de solução de seus problemas. A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina foi o marco dessa política em relação às várias reivindicações históricas do movimento, começando a trabalhar em um momento de baixa evidente dessas organizações. Não é possível, pois, imputar àquele Conselho um debilitamento do movimento. É possível, no entanto, imputar-lhe uma ação que ajudou a dividir mais as forças do movimento porque, apesar de nascer com um projeto pluripartidário, rapidamente assumiu um tom estritamente peemedebista. No entanto, conseguiu dar mais força a certas reivindicações históricas do movimento, como as creches, apesar de que os critérios dessa implementação não foram os decididos pelas organizações de mulheres, mas se originaram nos gabinetes das secretarias.

Foi nessa esfera que se deu o maior avanço na política em relação às mulheres: a criação da Delegacia de Defesa da Mulher que se constituiu em um espaço novo de denúncia e apuração legal das violências cotidianas contra a mulher. Já no que se refere ao aborto, praticamente nenhum avanço significativo pôde ser constatado” (Sader, 1987).

As notas apresentadas nos levam a concluir que o feminismo “bom para o Brasil” era o que engrossava as fileiras de reivindicação de abertura política (assim pensavam os partidos de centro-esquerda e a Igreja), o que propusesse políticas públicas visando a melhor qualidade de vida para as comunidades, ou seja, ajudasse o governo a implementar ações igualitárias (Igreja e Estado), um feminismo promotor de apaziguamentos, de conciliações entre as mulheres, a sociedade e os homens (Igreja). Esse era o feminismo que podia contribuir para

o crescimento democrático do Brasil, e não um feminismo que pregasse a revolução do gênero, ou outro que defendesse o aborto e as relações sexuais entre o mesmo sexo, ou ainda outro que quisesse rever os postulados culturais classificando-os de patriarcalistas e por isso mesmo merecedores de uma reavaliação e uma reestruturação que contemplassem a perspectiva feminista/feminina.

Feminismo *made in* exílio

Antes de passarmos para a apresentação e análise da pesquisa de campo, devemos registrar a participação das exiladas na construção do projeto feminista.

A atividade feminista das mulheres brasileiras no exílio tem participação importante na construção do projeto feminista brasileiro. Apesar da carência de estudo em profundidade, é consenso entre as militantes feministas e teóricas do feminismo que as idéias e ações das brasileiras exiladas influenciaram as feministas que permaneceram no Brasil tanto durante o período de exílio — através de publicações, correspondências ou contato pessoal durante viagens — quanto após a anistia, com as exiladas retornando ao País e iniciando atividades feministas em grupos já formados ou fundando novas entidades.

O exílio das mulheres brasileiras depois do golpe de 1964, passando pelo AI-5 e após golpe militar de 1973 no Chile (o governo de Allende atraiu brasileiros e brasileiras exilados após o AI-5, mas o golpe militar no Chile fez com que sofressem um segundo exílio, indo para países da Europa e África), se deveu a vários fatores: 1) como consequência de pressão e perseguição política da própria exilada, de seu companheiro, de seus familiares ou de seus amigos próximos; 2) de expulsão de prisioneiros políticos libertados em troca de

autoridades estrangeiras seqüestradas; 3) ou de auto-exílios através de cursos de especialização ou viagens ao redor do mundo¹⁷ (Goldberg, 1987).

Segundo Goldberg e Costa, o perfil do primeiro grupo de mulheres exiladas que se envolveram com o feminismo era formado basicamente por experiência na militância de esquerda no Brasil e/ou no Chile, formação acadêmica com terceiro grau completo, algumas com atividades nas artes, como cinema, artes plásticas ou música e profissionais liberais. Já o segundo grupo, que partiu após o AI-5, carecia de formação profissional, pois a atividade política tinha se tornado o centro de suas vidas.

“Chegamos ao exílio sem poder continuar no mesmo nível o trabalho político que fazíamos internamente e sem ter uma profissão que nos integrasse na nova sociedade. [...] meu companheiro pôde aprofundar cada vez mais o seu trabalho, seguir o que estava fazendo, enquanto ia amadurecendo uma série de coisas para ele mesmo. [...] me sentia como alguém que está começando do nada, sem base nem bagagem alguma” (depoimento de Maria Nakano, in Albertina de Oliveira Costa, 1980).

O processo de reorganização individual num país estrangeiro fez com que muitas das mulheres exiladas experimentassem a identidade de gênero, sentindo com força as diferenças sociais entre homens e mulheres.

“O mergulho forçado numa realidade social onde não havia privilégios de classe, onde não era possível ter empregada doméstica, e o contato com mulheres desconhecidas que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente contra coisas que as brasileiras tendiam a encarar como ‘naturais’ — a dupla jornada de trabalho, as assimetrias justificadas pelas diferenças de sexo dentro e fora do âmbito familiar (inclusive nas organizações de esquerda brasileira no exílio) — foi muito importante para o processo de reconhecimento de uma identidade de gênero por parte de muitas brasileiras” (Goldberg, 1987).

¹⁷ Sobre a militância feminista, ver Ferreira, 1996, e Costa, 1980.

Essas conjunções sociais, culturais e psicológicas fizeram com que as mulheres exiladas se organizassem em grupos feministas; quatro deles ganharam destaques: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alambert, no Chile, nos dois primeiros anos da década de 70; o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972; pequeno grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976 por um grupo de mulheres brasileiras (Goldberg, 1987).

O Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior recebeu forte influência do PC e de outros grupos políticos de esquerda; essas forças sugeriam ao Comitê “atividades de apoio à revolução no Brasil e de solidariedade com os refugiados e suas famílias, servindo de intermediários no processo de integração das brasileiras no Chile” (Goldberg, 1987). Os principais objetivos eram alistar mulheres para a revolução e aprender com a experiência socialista do Chile.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris teve como principal atividade a publicação do periódico *Nosotras*, que será analisado em profundidade no capítulo IV, onde também será abordada com mais detalhes a atuação do grupo. Por ora, vale destacar que o grupo chegou a reunir cerca de 200 mulheres; muitas delas, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de refletir sobre a condição de mulher, defender uma argumentação em público, ter contato com os principais textos feministas da época e criar uma rede de auto-ajuda no exílio.

O pequeno grupo de Berkeley durou menos de dois anos, mas foi importante para a formação de várias feministas brasileiras, como a própria Branca Moreira Alves, autora de vários estudos fundamentais para o feminismo no Brasil,¹⁸ que, de volta ao País, fundou os primeiros grupos do neofeminismo

¹⁸ Ver Alves, 1980 e 1985.

no Rio de Janeiro; outras companheiras de Berkeley fizeram o mesmo em São Paulo (Goldberg, 1987).

“Outras brasileiras estiveram nos Estados Unidos no início dos anos 70, e, mesmo sem ter participado diretamente do movimento de libertação ou formado grupos, ‘descobriram’ o feminismo, aderindo intelectualmente a uma ou outra tendência do mesmo, e criaram formas de divulgação dele no Brasil. Isso se deu através de envio de cartas e artigos aos jornais da imprensa alternativa, da difusão de documentos e publicações importantes e, no caso de algumas intelectuais que estavam desenvolvendo carreira acadêmica, na promoção do tema ‘mulher’ como objeto de estudo” (Goldberg, 1987).

A composição do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris era híbrida, porém duas orientações se destacavam: as mulheres que defendiam a dupla militância (gênero e classe) e as que estavam fortemente influenciadas pelo movimento de libertação das mulheres, dando ênfase às questões da sexualidade e do corpo. O Círculo foi formado basicamente por um grupo de mulheres que enfrentavam o segundo exílio na França, Paris, vindas do Chile. Elas não concordavam com as idéias e formas de atuação do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que atuava no Chile, sob a influência do PC. O Círculo, juntamente com o Grupo Latino-Americano de Mulheres e o grupo de Berkeley, é fortemente responsável pela troca de abordagem do feminismo brasileiro da questão de classe para a questão de gênero.

“[...] A opressão das mulheres toca diferentemente cada classe social: de um lado se combina com privilégios de outro com exploração. Não consideramos portanto, que existam questões exclusivamente femininas que unificariam todas as mulheres numa luta comum contra a opressão. A organização e o controle de nós mulheres contra nossa opressão específica, vinculada ao processo de luta do proletariado, permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e

permanece como um objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo” (Círculo de Mulheres Brasileiras, arquivo pessoal, in Goldberg, 1987).

O Círculo publicou o documento “Por uma Tendência Feminina Revolucionária” e realizava reuniões periódicas para análises de textos, filmes, artigos e editoriais publicados nos jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, editados no Brasil.

Segundo Goldberg, as idéias do feminismo do exílio chegaram ao Brasil principalmente por meio do semanário *Opinião* (1972-1975). Destaca-se a publicação no *Opinião* 12, em janeiro de 1973, da carta de Norma Bahia Pontes e Rita Moreira, ambas residentes em Nova York, que durante férias no Brasil levam até a redação do *Opinião* carta analisando *cartoon* de Millôr Fernandes publicado na *Veja*. O texto criticava o patriarcado, conceito ainda pouco conhecido pelas feministas no Brasil. A carta ainda rendeu participação de Branca Moreira Alves, na edição 17 do *Opinião*, retomando a polêmica do *cartoon* e relatando sua trajetória pessoal. O *Opinião* 19 volta ao feminismo com publicação de artigo de autoria do economista Paul Singer, “Caminhos Brasileiros para o Movimento Feminista”. Já em 1974, a *Crítica* número 10, publica a matéria “Ninguém segura mais a mulher”, em que a jornalista Gilda Grillo se declara estar disposta a lançar o movimento feminista no Brasil. E o *Opinião* número 104, algumas semanas depois da matéria da *Crítica*, publicava reportagem sobre o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas. “A tônica [do artigo] sugeria, além das analogias com o movimento político brasileiro, os caminhos mais adequados para o movimento de mulheres no Brasil: a luta emancipatória pela igualdade de direitos e a participação na vida política” (Goldberg, 1987).

A imprensa alternativa, portanto, era um grande divulgador do feminismo internacional no Brasil, abrindo espaço para as feministas exiladas

iniciarem a difusão de suas idéias, enquanto a anistia e a abertura democrática não ocorriam. Sendo assim, suas idéias e ações muito contribuíram para o projeto feminista brasileiro e conseqüentemente para a formação da segunda geração da imprensa feminista, fenômeno que nos interessa especificamente.

Após essa resumida apresentação do processo de construção do projeto feminista brasileiro, pode-se entender com mais clareza as opções feitas pela imprensa feminista, seus rachas e coalizões, abertura e fechamento de periódicos e, principalmente, os fatos que marcaram o surgimento da primeira e da segunda geração de periódicos.

Capítulo III

Primeira e segunda geração da imprensa feminista

Durante a pesquisa de campo desta dissertação, nos três acervos já citados, foram catalogados 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil. Não foi registrado nenhum título da região Norte; foram encontrados sete títulos na região Sul (cinco no Paraná e dois no Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região Nordeste (cinco em Pernambuco, três na Bahia, uma em Piauí, uma na Paraíba e duas no Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste (28 na capital paulista, seis na região do ABCD, três no interior de São Paulo, quatro no Rio de Janeiro e quatro em Belo Horizonte). Segundo o acervo aqui estudado, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco tiveram publicações fora das capitais. Em São Paulo, a cidade de Campinas editou dois periódicos; a cidade de Lins, um; São Bernardo, 3; Santo André, 2, Diadema, um. Em Minas Gerais, a cidade de Juiz de Fora editou um periódico feminista. No Paraná, a cidade de Londrina sediou um jornal feminista. E, em Pernambuco, a cidade do Cabo editou um periódico feminista. Além de um jornal editado em Paris, França, e outro sem procedência declarada.

O conjunto de publicações foi encontrado nos acervos públicos já citados anteriormente: AEL, Biblioteca da Fundação Carlos Chagas e CIM. Esses arquivos são reconhecidamente completos no tema movimento social. Eles

guardam uma enormidade de documentos feministas, como folhetos, cartazes, atas de reuniões, ofícios, correspondência, cadernos de pesquisa, livros, revistas científicas, entre outros. Esta dissertação, porém, se limita a abordar as publicações que estabeleceram características jornalísticas sobre o feminismo, por meio do formato jornal, boletim ou revista. Com esse pressuposto estabelecido, a dissertação incluiu toda publicação noticiosa/jornalística declarada feminista ou com conteúdo claramente feminista (defesa do aborto/direitos reprodutivos, saúde da mulher, trabalho e mulher, cobertura dos eventos feministas, entre outros) encontrada nos acervos citados.

Mesmo com esses critérios de seleção, ficamos com um número razoável de títulos (75 no total). E, ao observarmos o conjunto, percebemos que o período de 1974 a 1980 abriga os primeiros jornais feministas (9 no total); o período de 1981 a 1989 vê surgir um grande número de publicações feministas (44 no total) e o período de 1990 a 1999 registra uma queda no número de publicações lançadas (21 no total). Além de um periódico sem data declarada.

Essas observações sobre as datas dos periódicos confirmam a hipótese 1, de que a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro, pois ficam claros os períodos de surgimento, de ascensão e de declínio do movimento feminista no Brasil. “[...] uma retomada no ativismo feminino dar-se-ia no final dos anos 70 e 1980, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas, devido, entre outros fatores, à ascensão educacional das mulheres. [...] Ao final da década de 1990, com parte dos débitos pagos às agências financeiras internacionais, alguns países reconsideraram o papel do Estado na sociedade, retomando a dianteira nos programas sociais. Como, então, ficaria o ativismo feminino? Grande parte dele diluiu-se, diante da complexidade dos problemas sociais. Mais do que nunca, os mundos das mulheres estariam profundamente diversos, os direitos de cidadania

comprometidos e as organizações femininas, assim como outras formas de ativismo, sofrendo claro refluxo” (Avelar, 2001).

O estudo de campo, porém, possibilitou percebermos que havia características comuns entre os jornais pré-1980 e os pós-1980. Características essas que permitem a formação de dois grupos distintos. A leitura sobre o feminismo forneceu a explicação para tal fenômeno e autorizou a dissertação a batizar o conjunto de publicações pré-1980 de primeira geração da imprensa feminista e o conjunto de publicações pós-1980 de segunda geração da imprensa feminista.

Características da primeira e da segunda geração

A tentativa de dividir e caracterizar a primeira e a segunda geração da imprensa feminista não tem o intuito de amordaçar as publicações com rótulos, mas sim de enriquecer a leitura desse conjunto de periódicos. A imprensa ligada a um movimento social está inserida num processo contínuo de mudanças graduais, por isso é possível encontrar algumas características da primeira geração em títulos cujo lançamento aconteceu na década de 90. É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida [...], ou seja, nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento típico da imprensa feminista da primeira geração.

Em linhas gerais, porém, foi possível traçar características pertencentes às publicações da primeira geração e características pertencentes às publicações

da segunda geração. Nota-se que, enquanto a primeira geração está marcada pelo debate entre “questão da mulher” *versus* “questão geral”, feminismo liberal *versus* feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens; pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura, a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (Veja a tabela 1.)

Tabela 1: Principais características da primeira e segunda geração da imprensa feminista e suas diferenças

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Marco histórico para divisão da imprensa feminista em duas gerações

Mostrado como se chegou aos acervos, como se selecionaram as publicações, como surgiu a proposta de dividi-las em dois grupos diferentes e quais as características desses dois grupos de periódicos, fica a pergunta: o que houve no período entre 1980 e 1981 que justifique 1) a mudança de postura editorial da segunda geração, tendo em vista a proposta editorial da primeira geração da imprensa feminista, e 2) o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração?

Dois acontecimentos históricos catalisaram e simbolizaram a mudança de postura da imprensa feminista como consequência de rupturas internas do movimento feminista: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados respectivamente em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo. Esses dois eventos foram palco da ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe. E inauguraram uma nova fase no movimento feminista, em que prevaleceram o conceito de gênero, a abertura de entidades feministas autônomas e o aprofundamento dos temas específicos da mulher (Teles, 1993).

O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca era momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separativista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e

se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres (Nehring, 1981). Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento.¹⁹

É interessante destacar que o jornal *Brasil Mulher*, que na época do Congresso estava na sua edição número 15 — e já vinha enfrentando o debate “classe *versus* gênero” desde a saída de Joana Lopes (editora e fundadora do periódico), na edição número 7 —, tem sua publicação cancelada a partir do número 16.

Confirmando a tendência apontada pelo II Congresso da Mulher Paulista, no III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, também no Tuca, PUC/SP, aconteceu o racha definitivo. Maria Amélia Teles, em *Breve história do feminismo no Brasil* (1993), conta que já na reunião preparatória do evento o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição da entrada de lésbicas no Congresso. O PC do B convocou um outro Congresso na mesma data (7 e 8 de março, de 1981) para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido. “O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. [...] Mas havia também, por parte desses

¹⁹ Para saber mais sobre o II Congresso da Mulher Paulista, consultar Nehring, 1981.

partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo” (Teles, 1993).

Já a partir de 1981, a fisionomia do movimento feminista é outra. Proliferaram dezenas de entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher.

Sendo assim, e respondendo às questões iniciais, a mudança de postura editorial da segunda geração está ligada aos acontecimentos do II e do III Congresso da Mulher Paulista, que definiram novos rumos para o feminismo no Brasil e, conseqüentemente, para imprensa feminista. Já em 1981 acontece a fundação do *Mulherio* (uma das publicações feministas com maior tempo de existência, 36 edições), periódico com posição feminista definida. Cada nova entidade feminista que surgia achou por bem fundar uma publicação para divulgar e debater suas idéias. A principal característica dessas entidades e desses jornais é a especialidade na questão de gênero e, dentro disso, a escolha de um tema específico: violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Fenômeno que explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração.

Capítulo IV

Primeira e segunda geração: estudos de casos

Para tornar mais claras as características que definem a primeira geração e a segunda geração da imprensa feminista, a seguir analiso mais profundamente quatro jornais que tipificam essas categorias. Assim sendo, selecionei, para representar a primeira geração, os jornais *Nosotras* (fundado em 1974) e *Brasil Mulher* (fundado em 1975). E a segunda geração da imprensa feminista vem representada pelo *ChanacomChana* (fundado em 1981) e pelo *Fêmea* (fundado em 1992).

Além do estudo dos periódicos em questão, foram realizadas entrevistas com as responsáveis pelas publicações. O objetivo de ouvi-las sobre a história dos periódicos e dos grupos feministas organizadores dos veículos foi acrescentar valor ao estudo, na medida em que revelam os bastidores da produção dos jornais e do modo de produção do grupo. A escolha das entrevistadas se deu pelo critério de importância estratégica. Busquei a responsável e/ou fundadora da publicação, pois naturalmente deteve controle da maior parte do processo. Sendo assim, entrevistei Joana Lopes (*Brasil Mulher*), Danda Prado (*Nosotras*), Miriam Martinho (*ChanacomChana*) e Michelle Lopes (*Fêmea*).

A história de vida dessas mulheres, por si só, já resultaria em teses e livros a respeito da história recente do Brasil. Mas, para cumprir os objetivos desta dissertação, me contive nos dados fornecidos por elas referentes aos jornais em questão. As falas e recordações das entrevistadas são usadas para esclarecer fatos e tomadas de decisão fundamentais para as publicações em

questão. Os relatos vão aparecer entre aspas seguidos das seguintes abreviações, significando:

DP/13/11/2003: Danda Prado, entrevista concedida em 13/11/2003.

JP/11/11/2003: Joana Lopes, entrevista concedida em 11/11/2003.

MM/12/12/2003: Miriam Martinho, entrevista concedida em 12/12/2003.

ML/16/12/2003: Michelle Lopes, entrevista concedida em 16/12/2003, por e-mail.

Primeira geração: *Nosotras e Brasil Mulher*

Nosotras

A bibliografia consultada (Goldberg, 1987; Teles, 1993, e Nehring, 1981) aponta que o regime de exceção fez com que as feministas adiassem a agenda do movimento de mulheres para se aproximar das alas de esquerda, que as conclamavam para reforçar a luta por uma sociedade melhor para todos (homens e mulheres). Essa sociedade mais justa seria possível com o fim da ditadura e a implantação de uma sociedade socialista. Supunha-se que com uma revolução comunista-socialista a agenda de reivindicação feminista seria automaticamente cumprida; era o que diziam as lideranças dos partidos de esquerda da época.

No final da década de 60 e início da década de 70, porém, a repressão do regime militar contra os militantes de esquerda cresceu e o número de presos, desaparecidos e mortos aumentou muito. Se o ano de 1967 tem 50 denúncias de torturas registradas, um desaparecido e dois mortos, o ano de 1968 (ano da imposição do AI-5) terminou com a denuncia de 85 torturas, 12 de manifestantes de rua mortos e seis militares e dois civis mortos por atentados

terroristas. Em 1969, 1.027 denúncias de torturas são registradas e 19 militantes de esquerda morrem.²⁰

A perda de companheiros, parentes e amigos e a vida posta em risco fizeram com que várias mulheres militantes de esquerda deixassem o Brasil e se exilassem, num primeiro momento, em outros países da América Latina, depois na Europa e nos Estados Unidos. (Veja detalhes no capítulo II.)

Uma vez fora do Brasil, as mulheres militantes procuraram estratégias de sobrevivência em segurança e formas de dar continuidade a suas atividades políticas (Costa, 1980). Depois de instaladas na Europa e América do Norte, as brasileiras fizeram contato com o movimento feminista e descobriram a importância do conflito de gênero nas relações humanas e na organização da sociedade.

Foi assim que vários grupos feministas brasileiros se formaram no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alambert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 70; pequeno grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976 por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972. (Goldberg, 1987). O último grupo editou o periódico *Nosotras*, cuja história é aqui lembrada por Danda Prado.

“Tive que sair do Brasil porque estava com problemas com uma série de pessoas. Eu tinha uma certa ligação com o MR-8 e não queria que qualquer atividade minha recaísse sobre minha família. Então, planejei minha saída, que não foi rápida. Isto aconteceu em 1969. Mas, já em março de 1970, meu pai me

²⁰ Para mais informações sobre o período, ver Gaspari, 2002 e 2003.

chamou para o julgamento dele²¹. Ele fazia questão que eu estivesse presente. Houve, também, a prisão e morte do Rubens Paiva, ou o desaparecimento dele, como se diz. Eu era muito amiga da mulher do Rubens e dele e isso apressou minha volta para a França. Era um clima invivível. As coisas mais inesperadas aconteciam, os militares não precisavam de razão nenhuma para entrar em ação, eles prendiam porque talvez a pessoa tivesse alguma informação. Então, resolvi voltar para Paris.’’ DP/13/11/2003

De volta à França, Danda Prado faz seus primeiros contatos com o movimento e a literatura feminista.

“Eu fiquei muito espantada quando cheguei em Paris, porque eu, até então, só tinha participado de grupos políticos, nunca tinha atuado em grupos de mulheres. No Brasil, não existiam grupos de mulheres. E quando eu cheguei na França, em 1970, em todo canto eu via uns cartazes estranhos, às vezes escritos à mão, dizendo REUNIÃO DAS MULHERES. Como não consegui descobrir o endereço dos encontros, acabei pedindo informações para Simone de Beauvoir (que conheci durante visita dela ao Brasil). Ela me disse que achava a minha visão de mundo muito esquerdizante e radical e que eu não ia me entender bem com as francesas. Então ela sugeriu arranjar uma moça que já tinha estado em Cuba, e que provavelmente teria um contato que se adequaria melhor às minhas idéias. E realmente, nessa época, era difícil para mim não aceitar que o inimigo principal não fosse o capital, mas sim o homem. Quer dizer, o sexo masculino tinha ocupado, dentro da sociedade, uma limitação à vida da mulher. Isso eu aprendi lá. Eu via o pessoal discutindo e até achava que poderia convencê-lo do contrário, porque eu estava convicta de uma outra visão. Então, Beauvoir me pôs em contato com uma moça, que me contou que

²¹ Danda Prado é filha do historiador Caio Prado Júnior, que em março de 1970 foi condenado a quatro anos de prisão por motivos políticos.

estava tendo a primeira grande reunião nacional, com duração de vários dias, com gente da França inteira, discutindo sobre as mulheres. Eu fui, acompanhei o evento e tomei o contato com o grupo das mulheres casadas. E através delas comecei a conhecer as feministas francesas.” DP/13/11/2003

Depois do contato inicial com as feministas francesas, Danda Prado sentiu a necessidade de iniciar um grupo com mulheres brasileiras. O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris foi fundado por volta de 1971 e chegou a reunir cerca de 200 mulheres. Muitas delas, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de refletir sobre a condição de mulher, defender uma argumentação em público, ter contato com os principais textos feministas da época e criar uma rede de auto-ajuda no exílio.

A principal atividade do grupo era, justamente, a publicação do periódico feminista *Nosotras*. A primeira edição da revista (era assim que a publicação era definida internamente) saiu em janeiro de 1974, mas desde 1972 o grupo editava pequenos boletins e folhetos ocasionais, com tradução de textos sobre feminismo, chamadas para reuniões e colocações teóricas para balizar o debate e aprofundar a consciência de gênero de suas integrantes. DP 13/11/2003

“No início a grande maioria das participantes era de brasileiras, havia duas venezuelanas e elas participavam das reuniões, porque eram minhas colegas de doutorado. Todas nós estávamos fazendo teses sobre mulher, estávamos no início das pesquisas e resolvemos fazer uma reunião. As hispânicas não tinham uma esquerda tão organizada na Europa, nem eram participantes da esquerda nos países delas, eram pessoas democráticas, mas sem essa ligação partidária com a esquerda, ao passo que eu tinha vínculos com todas as pessoas de esquerda do Brasil que estavam na França. Então o que eu fiz foi procurar todas as mulheres brasileiras em Paris. Fui fazendo

levantamento, perguntando, procurando, falei o que a gente estava fazendo e perguntei se elas queriam participar. E elas foram. Toda a procura das francesas e o encontro com as idéias feministas aconteceram na primeira fase da viagem, no ano de 1969. Na volta fiquei, em 1971, muito impressionada com o nível de análise delas e eu não conseguia conversar isso com as brasileiras, que era o meu mundo. Eu queria que nós nos reuníssemos para poder colocar isso (as coisas que eu aprendia) e ouvir o que elas pensavam, para então discutirmos

As reuniões eram fáceis, porque trabalhávamos com grupos de consciência, com a visão de que política não é só o que você discute, mas também a vida pessoal. Então começamos a conversa;, desde a origem, começamos com a seguinte pergunta: qual foi o momento da sua vida que você percebeu que existiam homens e mulheres? E aí cada uma contou. Essas reuniões aconteciam com mais ou menos 15 mulheres; às vezes marcávamos com antecedência e ia todo mundo, mas elas eram muito ocupadas, trabalhavam até como domésticas, tinham filhos. Chegou a até 200 mulheres envolvidas, mas todas juntas era raro.

Os homens cobiçavam as reuniões porque sabiam dos relatos e das confidências sexuais que ocorriam e eram fascinados pela presença da Norma Benguell. Uns iam olhar por curiosidade, outros por possessividade. Teve um que se deitou na porta de casa e disse para sua mulher que ela só iria ao encontro do Nosotras por cima de seu cadáver, e se ela fosse que não voltasse mais.

Levávamos traduções e até fazíamos traduções orais, pois havia toda uma literatura na França que discutia gênero, e levávamos isso para ampliar o debate. Foi o que fizemos com o artigo “Inimigo principal”, que dizia que o inimigo não era o capitalismo, mas sim o patriarcado; nós o traduzimos para as integrantes do grupo.” DP/13/11/2003

Além de Danda Prado, o *Nosotras* também contou com intensa colaboração de Nathalie Stern, Clélia Piza, Lúcia Tosi, Cristina Martinez, Marcela Olavarrieta, Marisa Figueiredo e Mareya Gutierrez.

O *Nosotras* tinha uma edição quase artesanal: as matérias e artigos eram escritos pelas participantes, depois os textos eram datilografados (às vezes escritos à mão), mimeografados, grampeados entre capa em papel vergê, ilustrados com gravuras de autoria das integrantes do grupo e seguiam para o Brasil, pelo correio, onde uma prima de Danda Prado fazia a distribuição para as assinantes. A publicação, em fases de forte participação das hispânicas, trazia textos em espanhol. Mas o conteúdo não era necessariamente traduzido para o português.

As reuniões de pauta aconteciam durante os encontros do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que eram quinzenais. O objetivo era publicar uma revista por mês; então, no primeiro encontro, se definiam as pautas e as respectivas redatoras e, no segundo encontro, começava o fechamento. A periodicidade foi seguida até a edição número 20, de agosto de 1975; depois disso o *Nosotras* se tornou bimestral e, no início de 1976 até sua extinção, não houve um padrão de periodicidade. A tiragem variou entre 100 e 200 exemplares, que depois poderiam ser reproduzidos pelos grupos ou pelas assinantes individuais.

Os temas presentes eram variados e globalizados, pois o grupo mantinha contato com mulheres (políticas, militantes, estudantes, intelectuais) de vários países e elas escreviam sobre a situação das mulheres em seu país de origem. No número 3, há artigo sobre a mulher e a escola venezuelana. No número 4, há artigo discorrendo sobre a situação da mulher cubana e outro sobre a família albanesa, além de uma coluna de notas (“Informações”) com pequenas notícias sobre a situação da mulher em Portugal, Etiópia e Venezuela. No número 21-22, de setembro e outubro de 1975, essa tendência se radicaliza: quase metade da

publicação, de 24 páginas, é dedicada para informar sobre a situação da mulher (com relação a trabalho, saúde, cenário político, relacionamento homem/mulher dentro da família) em países como Suécia, Peru, Porto Rico, Brasil, França, Estados Unidos, Bolívia, Irã, Caribe, Bélgica e Islândia. A publicação também dedica considerável espaço para os temas culturais, principalmente cinema, literatura e debates acadêmicos/teóricos. O número 4, com 12 páginas, dedica três páginas a temas culturais. Todas as fases da produção do periódico, da pauta a impressão, eram feitas em Paris, França.

“Eu e a Lúcia Tosi rodávamos o Nosotras em mimeógrafo. Tinha até partes escritas à mão, por falta de verba; o dinheiro investido vinha do bolso das participantes e das assinantes. A distribuição era feita por uma prima minha. Nos mandávamos para ela, e depois ela enviava para as assinantes no Brasil, via correio. A gente tinha medo da ditadura, por isso eu mandava pilhas de correspondência para ela como trabalho de teses ou coisa assim. O medo dos militares era tão grande que até hoje tem muita gente que eu pergunto sobre o Nosotras e elas não lembram de nada.”²² A diretora da publicação era a francesa Nathalie Stern, porque se tivéssemos problemas no Brasil ela não poderia ser presa, ela nem entendia português. Minha prima morava em Campinas [SP], numa fazenda. Ela embrulhava cada jornal em um envelope e mandava; essa é grande vitória dela. A lista de assinantes nós fornecíamos.

Na fase em que foi bilíngüe, também enviamos alguns exemplares para a América espanhola. A equipe de redação era pequena, mas todo mundo contribuía, mas quem mais se ocupou foi a Marisa Figueiredo, e ela realmente era muito ativa, inclusive tinha sido jornalista no Brasil.

As capas em papel diferente faziam a publicação parecer uma revista mais sólida; a idéia era fazer a capa separada das páginas anteriores, até por

²² Durante a pesquisa, entrei em contato com uma das principais redadoras do *Nosotras*, e ela afirmou não conhecer a publicação.

causa das ilustrações. Era tudo grampeado. Artigos longos e academizados.”
DP/13/11/2003

Temas como prostituição e aborto eram tratados no *Nosotras* de forma aberta e sem restrições ou dúvidas conservadoras. Na edição número 4, abril de 1974, há nota sobre o método Karman (aborto por aspiração). E, após explicação sobre a técnica, o texto completa:

“Cuando la sociedad respete el derecho de la mujer a disponer de su propio cuerpo y a decidir sobre él, dándole los medios requeridos para ellos, los riesgos de muerte, de mutilación, de esterilidad y las angustias, no tendrían ya razón de ser y pasarán a pertenecer a la historia como una época de barbarie. Liberada de remordimientos y miedos, la mujer estará disponible para otras luchas. Luchará y sin duda ganará como dijera Simone de Beauvoir.”

Na edição 21-22, setembro-outubro de 1975, a francesa Nathalie Stern, assina artigo sobre o Primeiro Encontro Nacional das Prostitutas Francesas, que ocorreu, segundo o artigo, em 18 de novembro de 1975 (o que indica que a revista saiu com atraso de um ou dois meses com relação à data de capa). A autora faz um texto pró-prostitutas e festeja o encontro:

“Que as prostitutas, consideradas até hoje, idealmente, como ‘mulheres sem existência própria’, simples objeto e fonte de dinheiro para quêles [sic] que as consomem, possam falar, rir, pensar, viver em voz alta e, mais ainda, reivindicar, manifestar e exigir, isto é [...] formidável. Para nós todas.”

Nessa mesma edição, há artigo com cinco páginas, e continuação na edição seguinte, assinado por Façoise Collin, com o título “Nuevo feminismo, nueva sociedad o el advenimiento de otra”. O texto é exemplo de como a revista funcionava como divulgadora das idéias feministas de vanguarda e como suporte teórico para as reuniões futuras, nas quais os artigos seriam comentados, como informou Danda Prado.

Na apresentação da edição, espécie de editorial, há uma introdução ao artigo:

“En el correr de este siglo el movimiento ha venido adquiriendo consistencia, profundidad y diversificación. Ya no se trata unicamente de obtener para las mujeres los mismos derechos y posibilidades que los hombres poseen. Lo que ahora se reivindica es una nueva estructuración de la sociedad que permita la afirmación de la especificidad femenina y la realización de una verdadera comunidad ‘humana’. El artículo de Françoise Collin sobre el ‘nuevo feminismo’ que ocupa la parte central de este número de ‘Nosotras’, muestra algunos aspectos de las tendencias del feminismo actual, particularmente en lo que respecta a la búsqueda de una especificidad cuyas potencialidades aun no fueron relizadas.”

É interessante comparar essa abordagem de um “novo feminismo” — quer dizer, a luta pela diferença e não pela igualdade entre os gêneros — e a postura dos jornais feministas brasileiros feitos no Brasil. Na mesma época, o *Brasil Mulher* declarava o seguinte, em seu número zero, lançado em outubro de 1975:

“‘Brasil Mulher’ não é um jornal da mulher. Seu objetivo é ser sim mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres”.

Esse trecho dos dois jornais dá uma mostra de como a leitura do *Nosotras* no Brasil proporcionava às feministas brasileiras acesso às idéias de vanguarda do movimento feminista e, nesse sentido, evidencia a importância das exiladas nas alterações do pensamento feminista brasileiro.

“Recebia o Brasil Mulher, e achava atrasado. Dizíamos textualmente que elas estavam todas sob domínio masculino e só pensam em questões

políticas. Mas a gente compreendia, porque era uma questão de vida ou morte, tinha gente se arriscando e tudo.” DP/13/11/2003

Em 1976, o *Nosotras* passou a circular com periodicidade espaçada e, até o final desse ano, sua edição é cancelada. Danda Prado credita a extinção do periódico aos seguintes fatos: 1) ao Ano Internacional da Mulher, 1975, que acrescentou inúmeras viagens para participações em eventos fora de Paris e restringiu sua agenda; 2) à pesquisa que ela e Marisa Figueiredo realizaram na Colômbia, durante o ano de 1976; e, principalmente, 3) à proibição do Front à participação de seus associados no *Nosotras* e 4) a migração das hispânicas para grupo feminista de origem boliviana.

“O Front declarou que o grupo Nosotras não podia continuar, pois estava pondo as mulheres contra os homens nos casamentos e nas ligações e que isso desajustava a vida dos companheiros. A proibição do Front foi oficial e aconteceu por volta de 75. A proibição era justificada porque, segundo eles, tinha caso de gente entrando em depressão pessoal querendo se separar. As mulheres pararam de ir, vieram até mim contar que dependiam do Front para tudo e não podiam correr o risco de ficar sem apoio.

O Grupo Front Brasileiro, formado por homens e mulheres brasileiros, não era representante do Partido Comunista, mais era apoiado pelo Partido Comunista Francês. Ele ajudava quem estivesse nas organizações. Então era uma forma deles se manterem a par do que estava acontecendo no Brasil politicamente e também uma forma de atuar junto ao governo para obter entrada de crianças na escola, encontrar apartamento e trabalho, tudo era o Front que conseguia. Então tinha gente que nunca tinha sido de esquerda, mas que tinha participado contra a ditadura e era apoiado. E os grupos todos tinham representantes no Front: VPR, MR-8, PC do B e pessoas independentes.

Eu participava do Front na questão cultural, porque eu era ligada ao MR-8, então eu trabalhava pelo MR-8 para atividades culturais do Front. Por exemplo, a peça que a Norma [Benguell] representou lá, montado pela Gilda Grilo, foi apoiada pelo Front. O Front era uma espécie de selo para os brasileiros exilados e vinculados a uma oposição à ditadura. O Front era uma espécie de garantia e, para as pessoas dos grupos, era uma garantia de atendimento médico, de documentação, de tudo. Essa era a função do Front. E eles proibiram a participação das mulheres no Nosotras e no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris: quem participasse do Nosotras estaria fora da rede de ajuda do Front, não teria mais ajuda.

Depois da proibição do Front, o Nosotras continuou, mas com grande número de hispânicas. Depois sofremos outra divisão, porque o grupo de venezuelanas era grande (umas 10 mulheres) — e elas foram participar de um outro grupo de origem boliviana, fundado pela Elizabeth Burgos, com tendência claramente partidária.” DP/13/11/2003

Esse episódio da proibição do Front à participação no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris ilustra bem a disputa das esquerdas pela dedicação política das mulheres e seu empenho em esvaziar o feminismo. Esse tipo de situação também foi determinante para o fechamento do *Brasil Mulher*, próximo periódico a ser observado com detalhes.

Brasil Mulher

O *Brasil Mulher* foi fundado em 1975, em Londrina (PR). É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1975 a 1980. Editado

bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional. Sua publicação cessa em março de 1980.

O número zero do *Brasil Mulher* (outubro de 1975) surgiu com dois motes, que perpassam todas as outras edições: 1) a luta pela anistia e 2) a dificuldade em se assumir feminista e a necessidade de deixar claro que a luta pela emancipação da mulher passa primeiramente pelos direitos humanos e pela construção de uma sociedade justa para homens e mulheres.

Outros fatos marcaram a história da publicação: a saída de Terezinha Zerbine, já no número 2 (apesar de o nome dela constar na Sociedade Brasil Mulher, publicado no expediente do jornal até a edição número 6); o deslocamento da redação do jornal de Londrina para São Paulo, um processo que se inicia na edição número 5 e se consolida na edição número 7 e o racha político, culminando com a saída do grupo fundador do jornal, na edição número 8. Vamos acompanhar essa seqüência de acontecimentos nas páginas do *Brasil Mulher* e na entrevista de Joana Lopes, idealizadora, fundadora e realizadora do periódico, que na época era jornalista do jornal *Folha de Londrina*.

Anistia

A proposta inicial de Joana Lopes era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), fundado em São Paulo e liderado por Terezinha Zerbine. No ano de 1975, o MFA ganhava o Brasil e recolhia assinaturas em um abaixo-assinado que pressionava o governo a conceder a anistia aos presos políticos exilados pelo regime militar. Já no processo de organização da edição zero, porém, Joana Lopes propõe a criação de um jornal, e não de um boletim, e planeja dirigi-lo a um público específico: as mulheres. A partir do número 1 (dezembro de 1975) já se organiza a fundação da Sociedade

Brasil Mulher (SBM), que estará completamente formalizada na edição número 2 (1976; não se menciona o mês). A parceria Zerbini e jornal *Brasil Mulher* é interrompida na edição número 1, pois surgem as divergências. Zerbini luta pela anistia restrita, negando o benefício para terroristas ou radicais de esquerda. Lopes e o grupo *Brasil Mulher* são a favor da anistia ampla e irrestrita. Zerbini se declara não feminista, enquanto o *BM* quer se aproximar das idéias do movimento.

“Ela [Zerbine] traz as circunstâncias para eu criar o Brasil Mulher. Eu estava na minha redação e uma jornalista me ofereceu a lista para assinar e me convidou para participar de uma reunião em São Paulo na casa da Zerbine, sobre o Movimento da Anistia. Eu fui e voltei para Londrina com várias listas para colher assinatura. Juntei um grupo de mulheres para trabalhar comigo nesse recolhimento, e em algum momento disse: ‘eu acho que valia até a gente fazer um boletim para tratar desse assunto’. Mas aí eu pensei bem e falei: ‘por que eu vou fazer um boletim se eu trabalho num jornal? Por que eu não meto a cara e faço um jornal?’. E, para divulgar a luta pela anistia, vou fazer uma matéria sobre o assunto no jornal que trabalho; chamo a Zerbine aqui para fazer uma conferência e, nesse jornal que eu criar, sai uma grande entrevista com ela. Nos juntamos localmente e começamos a fazer o BM; ela veio, deu a entrevista, fez a palestra, e eu a convidei para integrar o grupo para a gente tocar o jornal juntas.

Ela levou o zero para vender e divulgou nas viagens que fazia pela anistia. Ela entrou no jornal para divulgar a anistia. Mas já no número 1 se qualifica a existência do jornal Brasil Mulher, com um grupo grande de mulher com interesses muitos diversos, o BM atraiu tendências diferentes. Quando a gente começa a qualificar a abertura democrática desse jornal, que é anistia

*para todos, ela sai e vai criar o Maria Quitéria.*²³ *Na época ela disse: ‘porque eu não estou aqui para apoiar anistia para terrorista. Sou católica, não quero saber disso, vocês são mulheres de esquerda’. E era isso mesmo: havia muitas diferenças entre nós e a Zerbine.”* JL/11/11/2003

A pauta da anistia continua a aparecer com força em todas as edições do *BM*, ao lado da carestia e da educação, formando os grandes temas do *BM*.

A produção do *BM* tentava seguir o cotidiano de uma publicação jornalística profissional. Tal característica vinha da experiência vivida por Joana Lopes na *Folha de Londrina* e da formação jornalística de muitas das integrantes do periódico.

*“O número zero foi um jornal que eu fiz praticamente sozinha, porque ele estava iniciando, precisava ser tomada uma iniciativa e eu tomei, de criar esse jornal. Fui eu que criei, que desenhei, que fiz as matérias, que editei, que empenhei o meu salário para imprimir. Foi um jornal de uma pessoa só, para criar um grupo, para falar para as pessoas: ‘está aqui, acreditem, é possível’. E essa formatação profissional ficou e foi amplamente melhorada pelas companheiras, durante o percurso da publicação. Quem fazia o jornal, até o momento do racha político, eram os jornalistas. Como eu, pessoas que trabalhavam em jornalões. Então traziam a tradição do modo de funcionamento dos jornalões, mas muito reformulado para a situação do *BM*, então, formalmente, a metodologia era normal: reunião de pauta, distribuição de tarefas, editor, fotógrafo, copy desk, que naquela época existia, dentro de uma linha de produção de um jornal normal. Mas o que se vivia era de acordo com*

²³ O *Maria Quitéria*, já foi considerado um jornal feminista (Kucinski, 1991), mas esta dissertação não o inclui, já que o jornal se declara não feminista em seu primeiro editorial e Terezinha Zerbini, em entrevista concedida em 12 de maio de 2003, afirmou que o *Maria Quitéria* nunca foi feminista.

as relações da mulher, havia discordâncias, debates. Ou seja, não tínhamos as formalidades dos jornalões onde trabalhávamos.

O jornal tinha vida diária. Tinha uma reunião de pauta inicial, para distribuição das matérias. Quando aconteceu a vinda do jornal para São Paulo, como eu trabalhava em Londrina, a 600 km da sede do jornal, viaja durante a noite, fazia reunião de pauta, e no mesmo dia, às 14 horas, eu tinha que estar trabalhando para ninguém saber por onde eu andei durante a noite e não chamar a atenção. E aí eu controlava, o pessoal me ligava, era o editor discutindo com o pessoal a 600 km de distância, e tinha alguns momentos que a gente se contatava com a Europa. E ia tudo sendo reunido com o subeditor em São Paulo, que reunia o material, ia copidescando, discutia comigo, tudo normal, com essas diferenças. Aí nós nos reuníamos para fechar o jornal em São Paulo, montava e encaminhava para oficina, eu coordenava a impressão.”

JL/11/11/2003

A Sociedade Brasil Mulher se desdobrou pelo País. Tinha BM em Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais. Segundo Joana Lopes, a participação não periódica dificulta a indicação de um número exato de participantes, mas o grupo que formulava o jornal *BM* variava entre 8 a 30 mulheres.

“Algumas pautas necessitavam de discussões mais amplas, então chamávamos a participação de um número maior de mulheres para a reunião de pauta. A Sociedade foi uma maneira formal que a gente encontrou para editar o jornal. Então, o jornal tinha uma editora, mas a organização política era feita na Sociedade. Eu nunca viajava para representar a SBM, a mim competia só fazer o jornal. A SBM tinha reuniões de grupos, ela comparecia nas reuniões de periferia, movimento de saúde, nas associações de donas de casa,

ela compareceu aos sindicatos onde as mulheres faziam reivindicações. A SMB era bastante presente e ativa.” JL/11/11/2003

O *BM* tinha boa vendagem e quase sempre se pagava. A venda acontecia em bancas, livrarias e comércios em geral. As militantes da SBM tentavam controlar a movimentação da polícia e chegar a tempo de impedir o recolhimento. Nunca houve distribuidora profissional ou remuneração para as redatoras.

O envolvimento de Joana Lopes era intenso. A sede da SBM e do jornal *BM* era em sua casa. Toda a movimentação política que envolvia a feitura do jornal chamou a atenção da polícia. Ao todo foram seis detenções e um extenso arquivo sobre o dia-a-dia de Joana Lopes, documentado pelos organismos de repressão da ditadura militar. A mudança da sede da SBM e do jornal *BM* para São Paulo foi motivada pela preservação física e psicológica de Joana Lopes e sua família e também para motivar e facilitar a participação das mulheres moradoras de São Paulo, que tinham forte presença no *BM*. A mudança se dá gradualmente a partir do número 6.

“O jornal muda para melhor com a ida para São Paulo. A mudança dá força para a Sociedade, que passa a ter mais participação, as mulheres se apossam mais. Os textos ficam mais consistentes, mais debatidos internamente antes da publicação, o jornal ganha força editorial. Ele sai da sua pré-história. Depois, já no número 7, fui demitida da Folha de Londrina e por motivos de segurança tive que deixar o Paraná. Fui expulsa da cidade pelo Exército e tive que sair do Paraná, do dia para a noite, com dois filhos, e fui morar na redação paulista do BM.” JL/11/11/2003

A primeira fase do *BM* (pré-racha político) foi marcada por seu projeto gráfico, que valorizava a fotografia. As capas traziam fotos de mulheres marcadas pelo tempo, pela pobreza e por sua condição social. As principais chamadas de matérias, geralmente três, emolduravam a foto. No interior do jornal as fotos ganhavam páginas inteiras e contavam histórias. No número zero as lentes de Chico Rezende, repórter fotográfico do *BM*, registram um casal de trabalhadores rurais sentados num bosque da região central de Londrina. O detalhe que chamou a atenção de Rezende e Lopes foi o fato de o homem estar pintando com esmalte as unhas da mulher, o que, segundo Joana Lopes, simboliza toda a complexidade da relação homem-mulher.

“Eu achava que o BM tinha que ter uma aparência própria, ele tinha que se vestir, ter as sensações de um jornal feito por mulher, e acho que as imagens têm um poder muito grande para as mulheres, que eram nosso público-alvo. E eu inovei no sentido em que me juntei a um grande fotógrafo de mulheres, o Chico Rezende, e nós dois trabalhávamos em parceria. Isso era pessoal, as outras mulheres não participavam disso, mas era um orgulho de todas porque para nós ser feminista era não esconder a mulher, mas sim revelar a mulher. Na época o BM causou estranheza, inclusive na imprensa alternativa. Me recordo que quando levei o número 4, na sede do jornal Movimento, o Bernardo Kucinski, que fazia parte da publicação, me disse com ares de censura: ‘escuta, você não está fazendo jornal’. Eu respondi: ‘pois é, mais isso é a maneira de uma mulher fazer jornal; se está certo ou está errado, em termos jornalísticos, eu não me importo, Bernardo’.” JL/11/11/2003.

No caminho do feminismo

O *Brasil Mulher* foi uma das publicações feministas que mais se debateu com o feminismo, num movimento pulsante de atração, repulsa e debate.

Já no seu editorial de estréia (no número zero) a contradição estava presente.

“‘Brasil Mulher’:

Não é um jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que destina a homens e mulheres.
(Grifo meu).

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. [...].”

A primeira afirmação do texto causou polêmica. A jornalista Elenice Munerat, em matéria no jornal *Opinião*, do dia 24 de outubro de 1975, abre *box*, na matéria sobre a realização do Encontro para Diagnósticos da Mulher Paulista, com o título “Um (falso) jornal”, com críticas ao recém-lançado *Brasil Mulher*.

“[...] um jornal mensal lançado neste mês em Londrina, Paraná, ‘não é um jornal da mulher’, conforme afirma a primeira frase de seu editorial de apresentação e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas 5 realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras reportagens falam de assuntos gerais: da campanha da anistia aos irmãos Villas Boas, passando por uma seleção de fatos de menor importância já citados na imprensa das últimas semanas. [...]

Decepcionante, pois, que esse jornal — bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema sócio econômico — político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos de imprensa” (Mureato, 1975, citada por Debértolis, 2002).

Internamente, o número zero do *BM* traz matéria na página 3 intitulada “A Procura da Igualdade Perdida”, que diz que é “impossível desvincular a luta pela emancipação da mulher de uma luta geral pela liberdade do ser humano”. Essa linha de pensamento predominou no jornal tanto na abordagem das pautas quanto na quantidade de pautas sobre mulher.

Na seção de notas “Os fatos estão aí”, que em cada edição apresentava entre sete e 11 notícias curtas, uma média de duas notas é sobre a questão da mulher, o restante era sobre educação, anistia, economia.

“Foi uma opção de falar de outras coisas, contanto que atingisse a mulher.

O jornal nasce num momento muito complicado e ele vai viver num momento complicadíssimo. Então ele vem de acordo com os ventos. Tem que ver, naquele momento, qual era a situação da mulher, da discussão do gênero no Brasil, e não na Europa. Porque o BM tinha o empenho de se colocar vivo naquele momento no Brasil, com mulheres brasileiras, e de fazer o que desse para fazer. Então os ventos políticos determinaram notas, escolhas de matérias, posicionamento, discussões internas, que algumas idéias pudessem proliferar e depois contribuir para a questão de gênero. Posso afirmar que o BM, mesmo não se enfronhando, como mais tarde outros jornais se enfronharam na questão de gênero, o BM nunca negou a mulher como sujeito. Então se mais explícito ou menos explícito, o foco era a mulher. E não é à toa que é BM, porque é mulher mesmo, é Brasil mesmo, é a mulher que vive o Brasil daquele momento.

Ele não é um jornal de circunstâncias, não é um jornal de tese, não é um jornal para reforçar ou divulgar teses. Ele é um jornal que tem compromisso com uma mulher que é sujeito de uma história que naquele momento é aquela.

O jornal BM é um objeto intermediário da formação da consciência. As mulheres não chegaram ali prontas. Esse jornal foi um laboratório da consciência das mulheres. E que através das discussões de pauta e das matérias se formou a consciência das mulheres. Invasão de terra pode ser um assunto totalmente assexuado num jornalão, mas nós privilegiávamos a fotografia de uma mulher, a figura dela com uma criança, isso que é o sujeito do jornal. Concordo que o BM era tímido com a questão de gênero e com o feminismo, mas era o processo. Nós estávamos indo numa crescente ao encontro com o feminismo, precisávamos passar por algumas etapas; quando estávamos quase lá, veio o racha interno.” JL/11/11/2003

De fato, no número 5, a seção de notas traz quatro notícias diretamente ligadas à mulher, entre 11 textos curtos. Já na edição número 7, penúltima edição feita pelo grupo fundador, todas as notas são dedicadas às mulheres.

O racha político

Entre o número 6 e o 7, o *BM* ficou seis meses sem circular. A justificativa oficial para o atraso foi problemas financeiros, mas Joana Lopes afirma que a não-circulação do periódico se deu por problemas internos, de natureza política. Durante o período foram realizadas eleições para diretoria da SBM. Forças associadas aos partidos de esquerda ganharam o pleito, assumiram a direção e traziam a proposta de aproximar o *BM* das questões gerais, das questões de classe, dos temas que interessavam a todos.

“É um momento de crise dentro da Sociedade, uma crise enorme política, que começa a fomentar uma crise entre as mulheres, motivando a formação de uma corrente de mulheres que fazem o jornal e querem um trabalho da associação voltado para as questões da mulher, em função dos direitos das mulheres, dentro da trajetória do BM, que era cada vez mais ligada ao feminismo. Mas esse percurso do crescimento de consciência de mulher vai ser atravessado pelos partidos políticos que estavam engajados na luta de classe, conforme determinações das cartas de princípios de seus partidos. E interrompem o crescimento do jornal e da Sociedade em direção ao gênero. As forças eram a AP, o PC e o PC do B. Elas ganharam força porque o jornal era de uma associação que tinha sua diretoria democraticamente eleita, e, no momento das eleições, elas levavam um grande número de mulheres, previamente orientadas para votar segundo os interesses dos partidos, nas assembleias, e ganhavam as eleições. Eu percebi que havia um movimento, que é muito próprio da política, de engajar pessoas de fazer conchavos, e o grupo do BM era muito honesto, tínhamos uma ética feminina, a ética de relação mulher com mulher, e queríamos mesmo ter uma ética que não se identificasse com alguns métodos que são tradicionalmente utilizados pelos homens, porque eles têm domínio de poder há muitos séculos, queríamos alterar esses métodos de poder, queríamos fazer de uma outra forma. E o diálogo sempre foi muito franco. A saída da Terezinha Zerbine foi muito franca, foi em cima da mesa, na briga, pela idéia pelo que é e pelo que não é. Então, para a gente, o grupo fundador, se ver manipulado por outro poder, os partidos políticos, que nitidamente queriam controlar o jornal BM nos usando como meio para isso, não pudemos aceitar. A gente se reuniu e resolveu sair da Sociedade BM. Porque permanecer ali era concordar com uma eleição manipulada. O processo de saída foi longo, houve embates, debates, tentativa de cooptação, me convidaram para ficar com eles, e eu não aceitei, não abria mão da ética do

grupo fundador. A divergência fundamental entre nós e a nova diretoria era que o jornal deveria se tornar um instrumento da luta de classe dentro do programa do PC do B, e isso seria restringir tudo e absolutamente a caminhada da consciência da mulher que tão arduamente a gente traçou.” JL/11/11/2003

Do número 8 até o 16 (última edição do *BM*), é flagrante a mudança para as temáticas de classe.

Na edição número 9, duas chamadas de capa: “Carestia — A Questão do Custo de Vida Está em Debate” e “Eleição no Sindicato — Quem ganha são sempre os mesmos homens”. Internamente, das 16 páginas, três são dedicadas exclusivamente às mulheres. Uma nota na coluna “Rosa dos Ventos” chama a atenção:

“O feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres — o Capitalismo — num inimigo imaginário — o homem, provocando portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma besteira que devemos condenar’. Essa é a análise feita pelo jornal soviético ‘a Classe Operária e o Mundo Contemporâneo’ a respeito do Movimento Feminista Ocidental. É a primeira vez que a imprensa soviética se pronuncia sobre o Feminismo, até aqui ignorado por completo.”

Em abril de 1977, a Sociedade Brasil Mulher, em parceria com o jornal *Nós Mulheres*,²⁴ publica edição extra em comemoração do dia Internacional da Mulher, 8 de março.

No lugar de um editorial, há um “comunicado conjunto”. Aqui destacamos alguns trechos:

²⁴ Periódico feminista; ver tabela de jornais no final do capítulo I.

“Nós acreditamos que a luta pela emancipação da mulher faz parte da luta pela libertação do Homem. Portanto deve ser levada não só por mulheres, mas sim por Mulheres e Homens. [...]

Queremos aqui levantar alguns pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar hoje:

1 — Maior participação no trabalho produtivo fora de casa. Por que? Porque trabalhando a mulher toma contato com os problemas mais gerais e coletivos. [...]

2 — Maior participação na luta pelas soluções dos problemas de suas comunidades — custo de vida, transporte, água, esgoto, educação, saúde.

3 — Maior participação na luta pela solução dos problemas gerais da sociedade — No momento atual significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas. [...]

A mulher nunca conseguirá libertar-se se não houver a libertação de todos os trabalhadores. O desenvolvimento da consciência e da participação da mulher multiplica as possibilidades de transformação da situação atual.

Os jornais ‘Brasil Mulher’ e ‘Nós Mulheres’ se propõem a ser tribunas abertas para essa luta. [...]

Os exemplos do engajamento do *BM* na luta de classes, após a saída do grupo fundador, são inúmeros e por isso mesmo podem cair na repetição. O importante aqui é frisar a derrocada da questão de gênero diante da de classe, devido a disputas internas e políticas do jornal.

O cenário interno do *BM* reproduzia uma situação ampla, vivida por todo o movimento feminista brasileiro. Um dos momentos coletivos de distensão desse atrito de classe e gênero foi o II Congresso da Mulher Paulista, palco de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas.

No momento do Congresso, o *BM* estava na sua 15ª edição, a penúltima. Pois o racha coletivo do Congresso levou a seu fim, numa edição especial, editado em março de 1980, após o 16º número, editado em setembro de 1979.

“Eu não tenho dúvidas que os acontecimentos do II Congresso da Mulher Paulista levaram ao fechamento do jornal. Quando a briga se generalizou e alcançou o absurdo da agressão física, a Vera Lúcia me chamou para escrevermos a carta de repúdio aos fatos recentes. Então nos reunimos, um grupo pequeno de feministas que estava na luta de forma séria, e escrevemos uma carta lastimando o rumo do Congresso. Eu já estava há um bom tempo fora do Brasil Mulher, mas a Vera me chamou para escrever a carta, e poucos dias depois para editar a última edição do jornal, porque eu já havia avisado que o pessoal da dupla militância iria forçar o cerco no feminismo.” JL/11/11/2003

A Sociedade Brasil Mulher acaba junto com o jornal *Brasil Mulher*. “Assim o que termina junto com o “Brasil Mulher”, é também o período de tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas” (Nehring, 1981).

Segunda geração: *ChanacomChana* e *Fêmea*

ChanacomChana

A segunda geração da imprensa feminista vem representada pelo *ChanacomChana*, o primeiro periódico lésbico-feminista do Brasil. Fundado em 1981, o *ChanacomChana* possui as principais características da segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974.

Ele foi fundado em 1981, em São Paulo, e tratava de um tema específico do universo feminino, o lesbianismo, pois só as mulheres podem ser lésbicas; tinha interesse voltado para as questões legalistas, principalmente na Lei Cível; tinha uma ONG por trás e pregava o direito à diferença. Ou seja, essa publicação apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e o grau de necessidade de as mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. O *ChanacomChana* poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres. Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (o lesbianismo) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista.

O número zero do *ChanacomChana* foi publicado em 1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF). O MLF era formado por mulheres dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As mulheres do MLF chegaram à conclusão de que o Somos não respondia às questões específicas das mulheres lésbicas. Um dos primeiros atos do MLF, fundado em 1980, foi a publicação do *ChanacomChana*, mas, por motivos políticos e alternância de lideranças, o MLF muda de nome e passa a se chamar Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e depois Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf).²⁵ O GLF editou o *ChanacomChana* esporadicamente como folhetos para chamadas de encontros lésbico-feministas. Assim sendo, em 1982, o *ChanacomChana* tem seu número 1 editado pelo Galf.

²⁵ Em 1989, o Galf se torna a ONG Um Outro Olhar, e uma publicação com o mesmo nome substitui o *ChanacomChana*. Esta pesquisa não classificou a revista *Um Outro Olhar* por ela não estar contida nos acervos pesquisados. Optou-se por esta metodologia: as publicações que não fizessem parte dos arquivos pesquisados não entrariam na pesquisa, mesmo que fossem encontradas por outros métodos. Além do mais, há controvérsias sobre o caráter lésbico-feminista da *Um Outro Olhar*: a publicação estaria mais independente do movimento feminista e mais próxima do movimento gay.

“O ‘ChanacomChana’ foi publicado, pela primeira vez, como jornal, em janeiro de 1981. Nessa primeira edição, havia uma entrevista com a Ângela Ro Ro, um artigo da jornalista Maria Carneiro da Cunha em defesa das lésbicas e uma avaliação dos dois primeiros anos do então Grupo Lésbico-Feminista (hoje Grupo Ação Lésbico-Feminista) feita por Miriam, uma de suas integrantes.

Depois desta primeira edição, a idéia do Chana foi abandonada tanto por falta de dinheiro quanto por falta mesmo de definição no que se referia a linha de publicação a ser seguida. O coletivo de mulheres que pretendia manter o Chana em circulação tinha muitas perspectivas, mas pouca praticidade e acabou se dissolvendo.

Em dezembro de 1982, nós do Galf retomamos a idéia do ‘ChanacomChana’ e passamos a editá-lo como boletim. Desde então temos mantido sua publicação sem interrupções, embora ainda não com a periodicidade desejada devido basicamente a instabilidades financeiras. Entretanto, apesar das dificuldades, podemos afirmar que o Chana vem se tornando um sucesso. Através dele, temos ampliado nossos contatos com o exterior e recebido várias revistas e jornais lésbicos, feministas e homossexuais que enriquecem nossos arquivos. Aqui, no Brasil, com a crescente divulgação de seu nome pela imprensa, temos também conseguido mais e mais pedidos de exemplares e assinaturas, o que nos possibilita ampliá-lo e melhorar sua impressão. [...]

Por enquanto, seguimos trabalhando para fazer do ‘ChanacomChana’ em efetivo veículo de informação sobre a vivência lésbica e sobre o feminismo, numa perspectiva de quebrar o muro de preconceitos que isola as mulheres homossexuais e proporcionar-lhes uma rede de contatos e apoio aqui e no exterior. [...]” (Editorial do *ChanacomChana* publicado no número 7, em abril de 1985).

Com tiragem de, em média, 200 exemplares por edição e periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral, o *ChanacomChana* circulou durante toda a década de 80, com sua última edição publicada no ano de 1989. Associadas ao Galf se encarregavam de multiplicar o periódico em outras capitais, durante congressos e festas e em bares e boates. Miriam Martinho e Rosely Roth eram alguns dos nomes mais ativos do grupo, composto basicamente por estudantes de cursos universitários de Ciências Humanas. O jornal se pagava por meio de assinaturas, pequenos anúncios e doações.

“O ChanacomChana tinha uma cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta punk da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical. As edições variavam entre 11 e 36 páginas de conteúdo, dependia muito de verba, dos temas a serem abordados ou do tempo de publicação entre as edições. Uma equipe muito enxuta, cerca de quatro pessoas, se responsabilizava pela publicação. Tinha uma reunião de pauta, improvisada. Nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; na medida que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. A impressão era em copiadora, o original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados”. MM/12/12/2003

O *ChanacomChana* torna-se a principal atividade do Galf e simboliza a aproximação definitiva entre lésbicas e feministas.

“No início o MLF dividiu sede com a Sociedade Brasil Mulher e se aproximou dos grupos feministas. Até então as lésbicas ficaram tangenciando os dois movimentos: feminista e homossexual. Mas nessa época, início dos anos 80, a gente se afastou mais do movimento homossexual e se aproximou mais do feminismo.” MM/12/12/2003.

O artigo “Galf: 6 anos”, assinado por Miriam Martinho e publicado na edição número 8 do *ChanacomChana*, agosto de 1985, tenta explicar a ligação lesbianismo e feminismo.

“[...]”

O adjetivo lésbica feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres.”

A relação entre lésbicas e feministas, porém, foi marcada por discordâncias. E o *ChanacomChana* acabou sendo uma alternativa de leitura para as mulheres lésbicas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista.

“[...] Em outras palavras, as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a idéia de que o feminismo não lhes diz respeito. Mesmo aquelas lésbicas que se reconhecem nas lutas mais gerais do feminismo, como a igualdade salarial e de outros direitos entre mulheres e homens, acabam vendo mantida a mesma velha esquizofrenia que a sociedade lhes impõe em vários âmbitos de suas vidas. Ou seja, elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc. [...] devem ficar no terreno do privado, numa flagrante contradição com um dos grandes ‘slogans’ do feminismo que diz que o privado é político.” (Trecho de artigo publicado na edição número 12, fevereiro

e maio de 1987, assinado por Miriam Martinho, “Feminismo e Lesbianismo: qual a relação?”)

“A relação com as feministas sempre foi tensa, apesar de desejarmos a aproximação. O movimento feminista sempre foi muito heterocêntrico e naquela época era heterossexista mesmo. E a grande desculpa que se dava naquela época era que o lesbianismo ia assustar o pessoal da periferia e o pessoal do partido. Então não se falava da questão. Depois das crises dos II e do III Congressos da Mulher Paulista, o movimento feminista sofre um grande impacto e faz a absorção individual das lésbicas, mas despolitiza o lesbianismo coletivamente. A questão desaparece, ficamos sós, brigando com elas para que o movimento feminista encampasse a questão. Esse foi um período bem árduo, durante toda a década de 80 tivemos que agüentar o rótulo de sermos um assunto menor, em contraposição com as questões maiores, ou mais importantes, como a democratização, o trabalho, o sindicato. Aliás, o feminismo só nos assumiu agora em 2002, no Congresso Nacional da Mulher Brasileira, em Brasília, depois de 20 anos da fundação do Galf.

Oficialmente nós éramos as únicas radicais, assumidas publicamente e as feministas não aceitavam de jeito nenhum, ainda mais com toda aquela relação de partidos. Eu acho que as mulheres da periferia não estavam nem aí, era coisa das próprias feministas que não aceitavam, a reação era bastante hostil. Engraçado porque para fora, para a sociedade, o movimento feminista era coisa de sapatão, mas internamente elas não nos aceitavam. Aceitavam as lésbicas, num espaço, num gueto mais sofisticado, de mulheres lésbicas, de classe média, geralmente de mulheres brancas, com nível de escolaridade maior, nível de consciência de gênero maior, mas um gueto, não diferente dos outros grupos minoritários.” MM/12/12/2003

Esse embate entre lésbicas e feministas, no qual as lésbicas reivindicam mais espaço político dentro do movimento feminista, aparece com mais frequência nas primeiras edições do *ChanacomChana*. Nas últimas edições, o conflito já apresenta menos força.

Na edição número 1, por exemplo, há uma charge de Miriam Martinho ridicularizando o atendimento no SOS Mulher, quando um grupo de lésbicas procura ajuda por ter sofrido agressões e a atendente do serviço informa que lá só atende mulheres.

Já na edição 11, outubro de 1986 e janeiro de 1987, Rosely Roth escreve longo artigo sobre o 8º Encontro Nacional Feminista, realizado em Petrópolis (RJ), em agosto de 1986. Rosely festeja o evento, parabeniza a organização e comemora o sucesso da oficina sobre lesbianismo, coordenada pelo Galf e realizada com a participação de 92 mulheres.

“Para nós, o saldo da reunião foi bastante positivo. Houve muitos elogios; algumas mulheres, disseram que a nossa havia sido a melhor oficina do encontro.”

O conteúdo do *ChanacomChana* era composto de longos artigos com relatos sobre eventos lésbico-feministas, agenda lésbico-feminista, comportamento e sexualidade da mulher lésbica e legislação envolvendo os direitos das mulheres lésbicas.

“O ChanacomChana era muito de vanguarda para a época, ele trazia uma abordagem da questão de gênero muito radical e profunda, diferente do feminismo praticado então. Podemos discutir se o ChanacomChana teve uma grande influência no pensamento da época, mas com certeza ele incomodou

bastante e plantou algumas sementes por aí. Ele introduziu o conceito de diferença dentro do movimento feminista.” MM/12/12/2003

Com o fim do *ChanacomChana* e a mudança do nome Galf para Um Outro Olhar, a entidade passou a publicar uma revista com o mesmo nome da entidade, com tiragem de 5 mil exemplares, impressa em papel *couché*.

“O título ChanacomChana foi dado por uma mulher do MLF, e ele tinha esse aspecto de fanzine, de impacto e até engraçado, mas era muito explícito. Esse tipo de postura se dilui com o passar dos anos. Um Outro Olhar já nasce com outra perspectiva, é uma revista diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e baladas.” MM/12/12/2003

Fêmea

O *Fêmea*, segundo jornal da segunda geração, analisado em profundidade, é produzido pela ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), em Brasília (DF). A publicação agrega três fortes características da segunda geração da imprensa feminista: 1) ser editada por ONG; 2) ter financiamento de entidades internacionais e do Estado; 3) cobrir o tema “mulher” no Congresso Nacional, ou seja, uma abordagem legislativa da questão de gênero.

Fundado em 1992, o *Fêmea* se inicia com publicação bimestral, tiragem de 100 exemplares, impresso nos computadores do Cfemea em papel A4, com uma dobra. Com o passar do tempo, a publicação ganha força política, institucional e financeira. No seu décimo ano, em 2001, edição de número 98, o *Fêmea* passou a ter uma tiragem quase triplicada, de 5 mil para 13 mil

exemplares. A partir de então, passou a chegar também às mãos de todas as vereadoras e deputadas estaduais, prefeitas e governadoras do Brasil. Além dos senadores (especialmente bancada feminina) e movimentos de mulheres e feministas, público original da publicação. Atualmente o *Fêmea* tem periodicidade mensal, custo total em torno de US\$ 3.000,00, mantém média de 8 páginas por edição no tamanho A4, tiragem de 13 mil exemplares e é rodado em gráfica terceirizada.

“O projeto se propõe a manter o movimento organizado de mulheres informado sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem respeito a mulher, fornecendo subsídios às mulheres, seus grupos e aos parlamentares para a discussão e a elaboração de projetos que assegurem a igualdade de direitos.” (Editorial jornal *Fêmea*, número zero, fevereiro de 1992.)

No trecho acima, retirado do primeiro editorial da publicação, percebemos a preocupação em manter o foco nas questões exclusivas às mulheres e a decisão editorial de cobrir a elaboração de projetos de lei. No editorial transcrito abaixo, é possível acompanhar uma avaliação das responsáveis pelo periódico no que diz respeito ao alcance desses objetivos.

“É incrível, mas este mês estamos colocando na rua o número 100 do nosso Jornal ‘Fêmea’. São 100 números, 100 meses ou 100 quilômetros? Não importa. O que vale é que o CFEMEA já lançou 100 jornais ‘Fêmea’ por este Brasil afora, das grandes metrópoles aos mais escondidos rincões, já ultrapassou nossas fronteiras nacionais e chegou a além mar.

[...] Recuperando a história do Jornal, lembramos o primeiro número. Ano I Nº. ZERO, março - 1992, papel A4, dobrado ao meio para aproveitar o maior número de espaço possível, impresso nos nossos computadores

particulares, xerocado por força de doações de companheiras de Brasília, com uma tiragem de 100 exemplares.

De lá para cá, o ‘Fêmea’ passou por várias modificações com relação ao seu formato, na busca de seu aperfeiçoamento. Entretanto, o essencial, que foi o ideário de sua criação, continuou o mesmo: difundir o conhecimento dos direitos das mulheres — em gestação, no Congresso Nacional, e os já paridos, na nossa legislação — e colocar em discussão as temáticas da cidadania das mulheres, da igualdade de direitos e oportunidades, da democracia e da justiça social.

[...] Atualmente, o ‘Fêmea’ atingiu a tiragem de 12.500 exemplares, e é distribuído (ainda de forma gratuita) para os movimentos de mulheres, para as parlamentares federais, as deputadas estaduais e todas as vereadoras brasileiras (7.000), além de chegar às mãos de diversas organizações de Direitos Humanos e da sociedade civil. Apesar da tiragem ultrapassar o que imaginamos poder atingir em 1992, ficamos com uma sensação de impotência quando tomamos conhecimento de que alguns pequenos grupos de mulheres têm que xerocá-lo ou, mesmo, copiar à mão artigos do ‘Fêmea’, para fazê-los chegar a um maior número de companheiras. Por outro lado, nos causa imensa alegria quando escutamos que o ‘Fêmea’ é o ‘Diário Oficial’ das mulheres brasileiras ou que ele tem ‘verdadeiros tentáculos’, levando notícias aos mais longínquos rincões deste nosso Brasil.

Tem sido muito gratificante divulgar no ‘Fêmea’ os avanços na legislação brasileira. Das mais de trinta leis de interesse direto das mulheres, aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República nesta última década, destacam-se: o salário maternidade para as trabalhadoras rurais (' 94); a suspensão de reservas à Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher — CEDAW (' 94); a licença compulsória por motivo de aborto (' 94); a proibição de exigência de atestado de gravidez e esterilização, no trabalho (' 95); berçários em instituições penais (' 95);

a ratificação da Convenção de Belém do Pará ('95); as leis eleitorais que introduziram o sistema de cotas por sexo ('95 e '97); o planejamento familiar ('96); a união estável ('96); proteção ao mercado de trabalho da mulher ('99); cirurgia plástica reparadora de mama ('99); percentual para saúde no Orçamento da União (2000), entre outras.” (Editorial do jornal *Fêmea*, número 100, maio de 2001.)

O *Fêmea*, desde a sua fundação, é distribuído de forma gratuita. E, a exemplo das demais publicações²⁶ do Cfemea, de forma geral, atinge grupos extremamente diversificados em relação aos objetivos e temáticas, formas de organização e localização geográfica: grupos de mulheres negras, lésbicas, lideranças vinculadas ao trabalho de comunidades, a sindicatos e centrais sindicais, a partidos políticos, a universidades públicas e privadas; e grupos profissionais discriminados, como o das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais.

“O Fêmea tem sido, ainda, um instrumento de informação dirigido a todos os parlamentares federais, para informar e dar visibilidade à luta das mulheres por seus direitos e subsidiar os congressistas com reflexões dirigidas à ação em favor da igualdade e pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. A pauta segue assuntos de interesse das mulheres, sob a ótica feminista. O jornal é pautado por um conselho editorial, que se reúne mensalmente, formado por duas jornalistas, uma integrante da assessoria parlamentar, uma integrante da diretoria colegiada e uma integrante da assessoria técnica. A linha editorial do informativo está vinculada aos princípios mais gerais do Cfemea e objetivos definidos para a comunicação política do Centro: ‘comunicação sobre os direitos das mulheres e igualdade de

²⁶ Em 16 anos de existência, o Cfemea publicou 16 livros, quatro folhetos e dois informativos.

gênero, visando socializar e democratizar as informações referentes ao Legislativo e à luta feminista, inclusive junto aos meios de comunicação de massa'. Definição marcada pela trilogia — mulheres, gênero e feminismos.”
ML/16/12/2003

O jornal *Fêmea* aborda temas como saúde, violência, direitos sexuais e reprodutivos, trabalho e poder. Duas jornalistas, formadas em Comunicação Social, são responsáveis pela publicação: Michelle Lopes e Iéri Luna.

O *Fêmea* agrega uma característica da segunda geração da imprensa feminista, ligada ao desenvolvimento tecnológico de seu tempo: a Internet. Sendo assim, além da distribuição via correio, também enviam um boletim eletrônico, avisando que o jornal está disponível no site e link das matérias, para facilitar o acesso. Não há publicidade no jornal, que se mantém por meio de doações de entidades como Fundação Ford, MacArthur, IWHC, Unifem e, mais recentemente, a Coordenadoria DST/Aids do Ministério da Saúde.

Capítulo V

Panorama da imprensa feminista brasileira pós-1974

A pesquisa de campo resultou na catalogação de 75 títulos da imprensa feminista brasileira pós-1974, com características jornalísticas. Na seção anterior pudemos acompanhar a história de quatro periódicos que caracterizam essas gerações. Agora, segue um pequeno resumo das demais publicações levantadas durante a pesquisa de campo. Mais uma vez, vamos agrupar os títulos em categorias, a fim de facilitar o encadeamento de idéias.

Por meio de levantamento de semelhanças de conteúdos editoriais, é possível dividir a imprensa feminista em oito grupos diferentes: noticioso (*mix* de assuntos, geralmente preocupados em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher), estatal (jornais com apoio financeiro dos governos estaduais, municipais ou federal e presença de lideranças dessas instâncias em sua pautas e coberturas jornalísticas), saúde (voltados para temas de saúde da mulher), universitário (periódicos noticiosos voltados e feitos por integrantes da comunidade feminista acadêmica), trabalho (publicações voltadas para as questões de trabalho e auto-sustentação da mulher), religioso (publicações voltadas para mulheres, com apoio da Igreja), legislativo (publicações dedicadas à cobertura e análise de formulações, discussões e notícias sobre os temas da mulher no Legislativo) e variados (incluindo educação, questão racial e sexualidade, no sentido comportamental).

O grupo de periódicos noticiosos é mais numeroso, com 34 títulos. Depois vêm os estatais, com 10 títulos, seguidos dos jornais que abordam a saúde da mulher (nove) e os universitários (oito). Os jornais dedicados aos

temas trabalhistas somam cinco títulos; os legislativos, três; os religiosos, três, e os que compõem a categoria vários, um cada um.

Noticioso — Dos nove jornais que compõem a primeira geração da imprensa feminista, oito são noticiosos, ou seja, não são especializados em um tema. Abordam assuntos em geral, do ponto de vista das mulheres, gerando um *mix* de notícias. Tal fato se justifica pelo que apontamos como uma das características que marcam a diferença entre primeira e segunda geração. Os jornais da segunda geração buscam as especificidades do tema “gênero”.

Dentro da generalização que cerca o conteúdo dos noticiosos, podemos apontar alguns assuntos que aparecem com mais frequência: educação, violência contra a mulher, saúde da mulher, notícias do movimento feminista, resumo do cenário político, matérias comportamentais (incluindo-se dicas de lazer e cultura), meio ambiente, entre outros. Economia e política são temas abordados lateralmente em artigos e matérias com finalidade de denunciar e flagrar a injustiça social.

Um exemplo do que se objetivou com esses jornais está no editorial do número zero, do periódico *Mulher ABC*, fundado em 1980, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), componente da primeira geração da imprensa feminista.

“Já não era sem tempo. Chegou um jornal que vai se dedicar aos problemas que surgem constantemente dentro de casa, que vai tratar das coisas que dizem respeito às mulheres e, por tabela, também de seus maridos e filhos. Afinal, todos dormem debaixo do mesmo teto e as aflições e alegrias são compartilhadas por todos. [...] Vamos tratar de tudo, tudo nos interessa. Até política, por que não?”

O trecho também ilustra o fenômeno, já abordado aqui, de as publicações da primeira geração terem a necessidade de se dirigir ao público em geral e não só às mulheres. Até por isso optam pelo formato de noticiar generalidades e não focar no gênero feminino.

O editorial do número 1, novembro-dezembro de 1990, do periódico *Fala, Mulher*, publicado em João Pessoa (PB), também explica os motivos de se optar por um jornal de linha editorial mais ampla. Além disso, ele aponta outra vocação dos noticiosos: a documentação do movimento feminista.

“Escrever juntas a nossa história, a história das mulheres, FALAR através dos seus passos, atos, gritos, emoções, rebeldia [...] fazer a história, romper o silêncio, transgredir a ordem patriarcal reinante, transformar as relações de igualdade, homens e mulheres livres e iguais! [...] Nossos objetivos serão a documentação, a memória, a formação e a informação do movimento de mulheres da Paraíba, englobando a discussão dos diversos temas que envolvem o movimento de mulheres, o feminismo e a participação efetiva nos movimentos sociais. [...]”

A estratégia de fundar um jornal dentro da categoria dos noticiosos também serviu para publicações que tinham como finalidade a preparação do repertório das mulheres para grandes eventos feministas. É o caso da *Folha da Década – Boletim Informativo do Fórum de Mulheres de São Paulo para Avaliação da Década*. O editorial do número zero deixa claro que “a Folha da Década vai acompanhar todas as atividades do Fórum. Pretende ser um veículo ágil, para que cada vez mais mulheres tenham acesso às informações, todas as mulheres organizadas nos bairros, grupos feministas, comissões de sindicatos e partidos políticos, grupos de mulheres negras, de lésbicas, de teólogas, pesquisadoras e mulheres independentes”.

A categoria “noticiosos” também abriga um subgrupo, os jornais feministas com fins comerciais. São jornais sem ligação política com grupos feministas, mas com conteúdo feminista e administrados por empresas jornalísticas. Nos acervos pesquisados, quatro publicações com esse perfil foram registradas, três pertencentes à segunda geração. É o caso do *Correio da Mulher*, de Porto Alegre (RS), editado pela Zero Hora Editora Jornalística S.A., com 30 mil exemplares de tiragem; o *Maria – O Jornal da Maioria*, de Brasília (DF), publicado pela Dublê Comunicação, com 80 mil exemplares de tiragem; e o jornal *Nova Família*, de São Paulo (SP), editado pela Nova Pauta Comunicação e Publicações Ltda., com tiragem não declarada. E um pertencente à primeira geração, o *Mulher ABC*, de São Bernardo do Campo, sem tiragem e gráfica declaradas. Apesar de essas publicações não terem o caráter político das demais, elas traziam agenda dos eventos e atos feministas, artigos sobre o feminismo (o mais comum era o que esclarecia o que é ser feminista, estabelecendo diferenças e igualdades com o que é ser feminina) e entrevistas com lideranças feministas da época. A existência de tais iniciativas comerciais demonstra o interesse crescente da sociedade pelos temas envolvendo o gênero feminino, durante os anos 80 e 90.

Estatual — A categoria “estatal” agregou as publicações feministas com financiamento do Estado (prefeitura, governo estadual, governo federal, diretamente ou através de empresas públicas) e com linha editorial voltada para a cobertura das ações de políticas públicas dirigidas para a mulher. Na maioria dos casos, os jornais em questão são dirigidos por Conselhos Municipais, Estaduais ou Federal da Condição Feminina. No total de periódicos pesquisados, 10 deles foram classificados como estatais, todos pertencentes à segunda geração da imprensa feminista. Mesmo porque esta é uma forte característica da

imprensa feminista da segunda geração: apoio do Estado, que, a partir da abertura política, adota o tema “mulher” como assunto de prioridade política, junto com segurança, saúde, educação e habitação.

Assim como os Conselhos, as publicações tinham como objetivo garantir a participação e a informação das mulheres em todas as áreas do governo. O conteúdo dos jornais era marcado por informes e matérias sobre a Constituinte, reforma agrária, mulheres negras, violência contra a mulher, educação, encaminhamentos das comissões oficiais voltadas para as mulheres, saúde, dicas de leitura, lazer e agenda, onde com frequência aparecem governadores, prefeitos e respectivas primeiras-damas inaugurando serviços dirigidos à população feminina.

É comum a presença de textos festejando vitórias pré-eleitorais e eleitorais dos partidos governantes e, conseqüentemente, apoiadores da publicação. É o caso do editorial do número zero do *Jornal Mulher*, publicado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (SP), lançado no início da gestão de Orestes Quércia (1986-1990).

“Alerta Constituinte: as mulheres estão chegando!

Estamos apresentando ao público feminino de nosso Estado o primeiro número do jornal do Conselho Estadual da Condição Feminina. Ele chega em momento oportuno para falar da mulher, de suas lutas, de seus sonhos, de seus projetos e de seu futuro. [...]

Estivemos em Belo Horizonte [...] para participar de uma grande promoção da Federação de Mulheres Mineiras ao lançamento das pré-candidatas de todos os partidos [...]. E... surpresa! 46 mulheres de 11 partidos políticos desfilaram pela tribuna do auditório do Instituto de Educação, apresentando suas plataformas e programas políticos. Em São Paulo, as pré-candidatas do PMDB foram recebidas no dia 13 de junho pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e...

outra surpresa! Embora pertencentes às diferentes correntes políticas existentes no partido, elas deram extraordinária demonstração de unidade no desejo de que o PMDB apresente um compacto bloco de candidatas mulheres, inclusive aos cargos majoritários, aos pleitos eleitorais de 11 de novembro. [...]"

Na edição número 2 do mesmo *Jornal Mulher*, de novembro-dezembro de 1986, há entrevista com o governador sobre os temas que dizem respeito à mulher. E no número 3, outubro de 1987, a principal chamada de capa é “Mulheres conquistam novos espaços no governo Quércia”.

O *Jornal Mulher*, do Conselho Estadual da Condição Feminina, não é um caso isolado, mas sim modelo para os demais jornais aqui classificados como estatais.

Saúde — O tema “saúde da mulher” sempre esteve presente nas publicações feministas, mas, com o início da segunda geração da imprensa feminista, voltada para a especialidade de temas e mais próxima do conceito de gênero feminino, deixou de ser coluna para ser jornal inteiro.

Do total de periódicos pesquisados, nove podem ser classificados na categoria saúde. É curioso perceber que, dos nove jornais, três foram fundados na década de 80 e os outros seis, durante a década de 90. Tal fato possibilita levantar a hipótese de que, quanto mais o conceito de gênero se sedimenta no movimento feminista, mais as publicações vão se especializando.

Os títulos em questão tratam de aborto, direitos reprodutivos, reprodução humana, aleitamento, educação e comportamento sexual, aids, menopausa, LER, planejamento familiar e violência contra a mulher.

Aborto, aids e direitos reprodutivos são os temas mais presentes. A sexualidade surge dentro da perspectiva de saúde da mulher e não como uma discussão comportamental sobre opções sexuais. Por isso o periódico

ChanacomChana está classificado, dentro da categoria variados, como pertencente ao subgrupo sexualidade, e o *Fazendo Gênero* está classificado como saúde.

O jornal *Fazendo Gênero*, de Goiânia (GO), foi fundado em maio de 1997 e, segundo o acervo pesquisado, circulou até meados de 2001. A entidade por trás da publicação é a ONG Grupo Transas do Corpo, que se dedica à educação sexual de mulheres. O editorial do número 1 explica: “por que fazemos gênero? [...] O boletim originou-se da necessidade de difundir o trabalho do grupo Transas do Corpo e de estimular o debate das questões de gênero no âmbito da educação sexual, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher”.

Vale notar que a presença da palavra “gênero” no título do periódico é sintomática da difusão do conceito no Brasil durante a década de 90.

Os jornais que compõem a categoria “saúde” têm vida longa — duraram mais de 10 anos e alguns ainda estão em circulação — e têm produção profissional — tanto de textos e imagens como de impressão. Os nove títulos mereceriam detalhamento individual, devido ao tempo de circulação e às altas tiragens, mas aqui destacaremos as publicações da RedeSaúde encontradas nos acervos pesquisados.

A Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde),²⁷ primeiro com sede em Recife (PE) e depois em São Paulo (SP), publicou durante toda a década de 90 o periódico *Jornal da Rede*. Fundado em maio de 1992, o *Jornal da Rede* circulou até 1997, no formato boletim, duas cores. A partir de 1997, a publicação muda para o formato revista, com o nome de *Jornal da RedeSaúde*, com até 52 páginas por edição, em papel *couché*. A periodicidade variou entre mensal e bimestral. E, simultaneamente, a entidade RedeSaúde editou o *Redefax*, uma espécie de *news letter*, enviada via fax, sem

²⁷ Atualmente, o nome da entidade é Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

fotos ou ilustrações, com o resumo das principais notícias do setor de saúde da mulher (ainda hoje em circulação). A RedeSaúde, em 1997, reunia 130 grupos feministas e pesquisadoras que desenvolviam trabalhos políticos e profissionais na área da saúde da mulher e direitos reprodutivos. Em vários editoriais da publicação, aparecem seus objetivos: “a conceituação dos direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos; a retomada do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) como referência para a otimização dos serviços e a luta pelo direito de decidir sobre o aborto”.

Universitário — A pesquisa acadêmica e a militância feminista se entrecruzam nos vários núcleos de estudos feministas criados nas universidades brasileiras durante o período em questão nesta dissertação, pós-1974. O fato ocorre porque, “quando o movimento feminista chega no Brasil, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas na academia e trabalhavam nas universidades” (Heilborn e Sorj, 1999).²⁸

Tal quadro propiciou a publicação de inúmeros cadernos, revistas e periódicos feministas sob a responsabilidade de pesquisadoras, estudantes e professoras universitárias. Como já observado, esta dissertação incluiu as publicações de caráter noticioso-jornalístico, deixando de fora as publicações analíticas e de divulgação de textos acadêmicos. Então, observando-se o acervo de 75 periódicos, percebeu-se a existência de um novo subgrupo: os universitários. Formada por oito títulos, essa categoria está localizada na

²⁸ “O interesse acadêmico em pesquisar a situação das mulheres no país já se manifesta no início dos anos 70. Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, disciplina sobre família e relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectiva Feminina nas Ciências Sociais Latino-Americanas realizada em Buenos Aires em 1974; acadêmicas brasileiras estão presentes, também, na Wesley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário, “A Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres”, na reunião da SBPC em 1975 e publicado no mesmo ano como um número especial do Caderno de Pesquisa. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heleieth Saffioti, Carmem Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay entre outras” (Heilborn e Sorj, 1999).

segunda geração da imprensa feminista, e sete deles estão ligados a alguma universidade, em cinco casos, públicas e, em dois casos, privadas.

Os assuntos presentes nos jornais feministas universitários diferem dos demais periódicos ao abordar agenda de cursos, eventos e congressos acadêmicos sobre gênero, poesia, cinema, literatura, relatório de pesquisas desenvolvidas pelos grupos e participação de mulheres no movimento estudantil. Dos temas presentes no restante da imprensa feminista, creches aborto e violência contra a mulher também freqüentaram a pauta dos universitários.

Em termos de produção editorial, não há um padrão entre eles. Alguns com envolvimento de profissionais em edição e financiamento conseguiram tiragens significativas, impressão duas cores e circulação durante anos, como é o caso do *Núcleo de Estudos sobre a Mulher* (NEM), da PUC-RJ, que teve sua primeira edição em outubro de 1981 e, segundo dados encontrados na pesquisa de campo, circulou até 1989. Outros eram mimeografados e com vida curta, como o *Mulher Liberta Mulher*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve sua edição de estréia em 1980 e, segundo dados do acervo pesquisado, parou de circular em 1982.²⁹

No geral, os periódicos desse subgrupo foram criados para fortalecer os grupos de pesquisas que lhes davam suporte.

“O Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher foi criado com o objetivo de divulgar suas atividades, a bibliografia de trabalhos realizados na área, as pesquisas em andamento, assim como os estudos e trabalhos realizados pelo núcleo, no sentido de manter a comunidade universitária informada e sensibilizada em torno do debate da questão da mulher.” (Editorial

²⁹ É difícil afirmar a data correta em que uma publicação parou de circular, pois geralmente a última edição não anuncia tal fato. Mesmo os grupos responsáveis pelos periódicos não sabiam que aquela seria a última edição, pois as dificuldades para a publicação são constantes, estabelecendo-se um padrão de incertezas e atrasos. De qualquer forma, estou tomando a última publicação encontrada nos acervos como sendo a última, ou uma das últimas, publicada. A afirmação está baseada na credibilidade e na eficiência dos arquivos estudados, já que são considerados os mais completos sobre movimentos sociais.

do número zero do Boletim “Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher”, da Universidade Federal de Minas Gerais, de janeiro de 1985.)

Trabalho — Para um movimento marcado pela teoria marxista e pela predominância da visão de que a exclusão da mulher do mercado de trabalho é chave para explicar a subordinação feminina, é, aparentemente, surpreendente que do acervo de 75 periódicos feministas apenas cinco sejam dedicados ao tema trabalho. Mas tal quadro pode ser explicado pelo fato de as feministas, após o racha com as esquerdas, marcado pelos II e III Congressos da Mulher Paulista, terem se afastado dessa linha de pensamento e de articulação, a ponto de menosprezar o tema trabalho diante, por exemplo, do tema saúde.

O subgrupo trabalho está localizado na segunda geração da imprensa feminista. Primeiro pela data de surgimento e, segundo, pelo fato de os jornais serem especializados. Mas o tema trabalho vem acompanhado da teoria marxista e da questão de classe, o que aproxima o conteúdo desses jornais da primeira geração da imprensa feminista.

É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), lançada em 1994, ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida, [...], ou seja nos ensina reproduzir o ‘sistema’”. Um argumento típico da imprensa feminista da primeira geração.

Das cinco publicações, duas são no formato revista, com cuidadosa produção editorial, a *Mulher em Movimento* e a *Revista da Mulher Rural*, do Paraná (não se menciona a cidade), ligada à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, com lançamento em 1995. As demais publicações mantêm

a linha semiprofissional (reproduzidas em copiadoras, datilografadas, pequenas tiragens).

Religioso — Ao longo do capítulo II, discutimos a relação entre Igreja Católica e feminismo. Em nome de uma situação política e social (ditadura militar e crescente injustiça social), feministas e religiosos se uniram para atuar junto às mulheres, principalmente das periferias das grandes cidades. Esse pacto deixou de fora posições radicalmente contrárias no que diz respeito ao aborto, sexualidade, família, entre outros temas caros ao feminismo. Mas o fato é que a Igreja Católica atuou nesse campo híbrido (feminismo-catolicismo), e essa atuação está registrada em três periódicos católicos voltados para as mulheres, nos quais a Igreja discute os principais temas do feminismo, mas do ponto de vista de suas crenças religiosas. Duas das publicações são de alcance local. Porém a revista *Mulher — Libertação*, da Pastoral da Mulher Marginalizada, tem alcance nacional. Fundada em Lins (SP), em março de 1985, a revista se inicia como um boletim mimeografado, com cerca de 10 páginas. Dez anos depois, a publicação ganha status de revista, com diagramação profissional, 32 páginas de miolo e profissionais contratados para sua edição.

Temas como prostituição, Constituição, violência doméstica, direitos humanos, saúde e agendas de encontros feministas e de mulheres católicas formavam a pauta das três publicações. Vale acompanhar um trecho de um artigo sobre aborto publicado no número 4 da *Mulher — Libertação* (janeiro-março de 1986) e outro sobre sexualidade, a fim de percebermos as idiossincrasias da parceria entre feminismo e Igreja Católica.

“Quem matou o bebê?

[...] mas por que tantas mulheres, todos os anos abortam? Este seria um problema político, econômico e social. Quando a mulher recorre ao aborto,

difícilmente, ela o faz feliz, tranqüila, satisfeita, para se livrar de um pequeno incômodo: a mulher normalmente se sente muito angustiada e sofre bastante com a decisão que tomou ou que foi obrigada a tomar.

[...] quais são os meios de se matar um bebê dentro de sua própria mãe? Há quatro maneiras — todas cruéis e desumanas — como o bebê será assassinado? Seja qual for a forma, ele vai sofrer.” [Seguem ilustrações e explicações sobre os métodos]. “sucção: o bebê é retirado em pedacinhos; curetagem: o médico simplesmente divide o bebê em pedaços dentro da mãe. [...]”.

Na mesma edição há artigo sobre o comportamento sexual. “[...] a nós parece que não devemos rejeitar o homossexual ou a lésbica. E sim, aceitá-lo como ele é, a fim de ajudá-lo a vencer o homossexualismo (no homem) e o lesbianismo (na mulher) e encontrar a normalidade de sua pessoa. Uma vez que o homossexualismo não é normal na natureza humana.”

Legislativo — Ao lado do jornal *Fêmea*, detalhado anteriormente, anotamos mais dois periódicos no subgrupo “legislativos”. Os três estão classificados na segunda geração da imprensa feminista e retratam a preocupação do movimento feminista com a circulação das informações sobre as leis. Assim como no caso do *Fêmea*, que aborda exclusivamente projetos de lei e leis que dizem respeito às mulheres, no jornal *Nós e a Constituinte* — Boletim de Intercâmbio das Organizações Populares de Mulheres —, da Rede Mulher, fundado em fevereiro de 1986, o foco é nos pontos da Constituição referentes à mulher. O periódico, que circulou com média de quatro páginas e tiragem de cerca de 600 exemplares, também tinha uma característica de ferramenta de ação política da Rede Mulher:

“[...] Foi pedido à Rede Mulher que servisse de canal de comunicação sobre tudo o que está acontecendo nos grupos populares de mulheres. Este é o número 1 dos boletins que circularão entre as organizações populares de mulheres, de todo o Brasil, durante este ano. Tal como foi pedido, a Rede Mulher vai sistematizar tudo que receber de vocês, até chegarmos a propostas comuns, que defenderemos juntas”. (Editorial do número 1 do *Nós e a Constituinte*.)

Variados — Do acervo de 75 periódicos, três não puderam ser classificados em nenhum dos subgrupos. Todos pertencem à segunda geração da imprensa feminista. Um deles é o *ChanacomChana*, já detalhado anteriormente, que poderia ser inserido na categoria variados-sexualidade. O segundo periódico isolado, de acordo com o acervo pesquisado, é o *Mulheres*, lançado em 1984, voltado exclusivamente para a educação. A publicação, datilografada e reproduzida por meio de copiadora, é editada por grupo de mulheres da Zona Sul da cidade de São Paulo, que se propuseram a acompanhar as políticas públicas do Estado na área de educação, na região onde moravam. O boletim aparece classificado como variados-educação.

O terceiro jornal fora das categorias anteriormente descritas é o *Nzinga Informativo*. Editado pelo Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro (RJ), com lançamento em 1986, o *Nzinga* tratou dos temas exclusivos às mulheres negras. A publicação exemplifica a idéia de especialização presente na segunda geração da imprensa feminista e está classificado como variados-racial.

“Aqui estamos com o resultado concreto dos sonhos que sempre tivemos — o de divulgar as questões específicas da mulher negra. Esperamos que, de verdade, tenhamos conseguido criar mais um instrumento de comunicação da nossa causa. [...]”. (Editorial do número 1 do *Nzinga Informativo*.)

O *Nzinga* chega a ser publicado com 16 páginas e, segundo a pesquisa, parou de circular por volta de 1989.

Considerações finais

Em termos de considerações finais, a dissertação aqui apresentada tem como principal conclusão a organização de um número expressivo de publicações da imprensa feminista. São 75 periódicos, sendo que a maioria deles é desconhecida da academia e até do movimento feminista. Os capítulos III, IV e V apresentam com detalhes as conclusões da pesquisa, mas de forma geral o estudo do acervo proporcionou as seguintes afirmações:

— a imprensa feminista pode ser dividida em primeira e segunda geração, tendo-se em vista a data de fundação dos periódicos, as características de cada fase e as propostas e mudanças do movimento feminista brasileiro;

— a imprensa feminista é um fenômeno nacional, tendo-se em vista sua distribuição geográfica;

— a imprensa feminista é um fenômeno qualitativo (divulgou e organizou o movimento feminista) e quantitativo (com volume expressivo de títulos);

— a imprensa feminista foi influenciada pela movimentação política interna ao movimento feminista;

— a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente desde 1974 até nossos dias. Outros segmentos de comunicação dos movimentos sociais perderam força e até se extinguiram, como a imprensa alternativa.

As afirmações acima foram razoavelmente descritas com detalhes no trabalho agora finalizado. A pesquisa poderia, porém, ter avançado mais em seus resultados, analisando o conjunto dos periódicos em profundidade, entrevistando mais lideranças, visitando acervos de outros Estados, entrevistando as entidades

tradicionalmente financiadoras das publicações feministas e as lideranças do movimento feminista. De qualquer forma, sempre haverá outras oportunidades de as falhas serem revistas, se não por mim, numa próxima pesquisa, por outros e melhores pesquisadores.

Bibliografia

- ABRAMO, Claudio. (1988) *A regra do jogo*. São Paulo (SP), Companhia das Letras.
- ACKELSBURG, Martha. (1996) *Arquivos, história social e história das mulheres*. Campinas (SP). In Cadernos AEL 5/6. Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social.
- AQUINO, Luis Octávio Rodrigues. (1995) *Discurso lésbico e construção de gênero*. Porto Alegre (RS). In Horizontes Antropológicos — gênero, ano 1, nº 1.
- ALAMBERT, Zuleika. (1980) *Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher*. Rio de Janeiro (RJ). In Encontro com a Civilização Brasileira, v. 26. Civilização Brasileira.
- ALVES, Branca Moreira e PINTANGUY, Jacqueline. (1985) *O que é feminismo*. São Paulo (SP), Abril Cultural, Coleção Primeiros Passos, Brasiliense.
- ALVES, Branca Moreira. (1980) *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. (1999) *Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70: objeto e fontes históricas*. Rio de Janeiro (RJ), Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Departamento de História — IFCS/UFRJ.
- AVELAR, Lúcia. (2001) *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo (SP), Fundação Konrad Adenauer, Editora Unesp.
- BARROSO, Carmem. (1982) *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo (SP). Editora Brasiliense.

- BASSANEZI, Carla. (2000) *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo (SP). In *Histórias das mulheres no Brasil*. Editora Contexto, 3ª edição.
- BASTOS, Maria Bueno. (1992) *Outras palavras, outras origens. Movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. Mestrado História/PUC-SP.
- BATE, Barbara. (1990) *Women communicating: studies of women's talk*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation.
- BEAUVOIR, Simone de. (1949) *O segundo sexo*. São Paulo (SP), Círculo do Livro.
- BENHABID, Seyla e CORNELL, Drucilla. (1987) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro (RJ), Rosa dos Tempos.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. (1988) *O Bello Sexo — imprensa e identidade feminista no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Dissertação defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia.
- BLAY, Eva A. (1994) *Mulher e movimentos sociais*. São Paulo. In São Paulo em Perspectiva, v. 8, nº 3, pp. 45-47, jul/set.
- BLAY, Eva A. (1990) *Perfil da mulher brasileira*. São Paulo (SP), Nemge.
- BOCCHINI, Maria Otília. (1982) *Pesquisa sobre a mulher no Brasil*. São Paulo (SP). In Revista Comunicação e Sociedade, ano IV, Nº 8. Cortez Editora.
- BORGES, Adélia. (1982) *Mulherio: um jornal feminista*. São Paulo (SP). In Revista Comunicação e Sociedade, ano IV, Nº 8. Cortez Editora.

- BOSI, Ecléa. (3^a edição, 1999) *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo (SP), Companhia das Letras.
- BRITO, Maria Noemi Castilho. (2001) *Gênero e cidadania: referências analíticas*. In Revista Estudos Feministas, vol. 9.
- BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. (1992) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro (RJ)/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas.
- BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Célia Regina (orgs.). (2001) *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo (SP), Fundação Carlos Chagas, Editora 34.
- BRUSCHINI, Cristina e UMBEHAUM, Sandra (orgs.). (2002) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo (SP), Fundação Carlos Chagas, Editora 34.
- BUITTONI, Dulcília Schroeder. (1981) *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo (SP), Loyola.
- BUITTONI, Dulcília Schroeder. (1986) *Imprensa feminina*. São Paulo (SP), Editora Ática.
- Cadernos AEL. Nº 3/4. (1995/1996) *Mulher, História e feminismo*. Campinas (SP), Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- CARDOSO, Iredé. (1981) *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo (SP), Centro Editorial Latino-Americano.
- CARTER, Kathryn. (1989) *Doing research on women's communication perspectives on theory and method*. Norwood, New Jersey, Ablex Publishing Corporation.

- CASTELLS, Manuel. (1999) *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 2.* São Paulo (SP), Paz e Terra.
- CERTEAU, Michel de. (1975) *A escrita da História.* Rio de Janeiro (RJ), Editora Forense Universitária, 2ª edição.
- CORRÊA, Mariza. (1984) *Mulher & política: um debate sobre a literatura recente.* Rio de Janeiro (RJ), BIB, número 18, pp. 27 – 44, 2º semestre.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina da Rocha. (1980) *Memórias das mulheres do exílio.* Rio de Janeiro (RJ), Paz e Terra.
- COSTA, Claudia de Lima. (1998) *O tráfico do gênero.* In Cadernos Pagu — trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas (SP). Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp.
- CRIADO, Alex. (2000) *Repórteres pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral.* São Paulo (SP), Mestrado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. (2002) *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista.* Porto Alegre (RS), Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). (3ª edição, 2000) *Usos & abusos da História Oral.* Rio de Janeiro (RJ), Editora FGV.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. (1996) *Mulheres, militância e memória — história de vida, história de sobrevivência.* Rio de Janeiro (RJ). Fundação Getúlio Vargas.

- FESTA, Regina. (1982) *Mulher e comunicação alternativa: um processo de resistência em explosão*. São Paulo (SP). In Revista Comunicação e Sociedade, ano IV, Nº 8. Cortez Editora.
- FISCHMANN, Roseli. (1987) *Pluralismo e identidade: uma construção cotidiana*. São Paulo (SP). In Comunhão e Libertação. V. 1, nº 3, pp. 21-23, mar/abr.
- FRIEDAN, Betty. (1970) *A mística feminina*. New York, Dell Publishing CO., INC.
- GALEOTTI, Anna Elisabetta. (1995) *Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade*. In O dilema da cidadania — direitos e deveres das mulheres. Org. de BONACCHI, Gabriella e GROPPI, Ângela. São Paulo (SP). Editora Unesp.
- GASPARI, Elio. (2002) *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GASPARI, Elio (2002) *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GASPARI, Elio (2003) *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GIULANT, Paola Cappellin. (3ª edição, 2000) *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira* in PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). São Paulo, (SP). In História das mulheres no Brasil. Editora Contexto.
- GOLDBERG, Anette. (1981) *Os movimentos de libertação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo no novo feminismo na Europa e no Brasil*. Trabalho apresentado ao GT Mulher e Política no V Encontro Anual ANPOCS, Friburgo (RJ).

- GOLDBERG, Anette. (1987) *Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio*. In Mulheres: da domesticidade à cidadania — estudos sobre movimentos sociais e democratização. Arquivo Fundação Carlos Chagas.
- GOLDBERG, Anette. (1987) *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Tese de mestrado defendida na UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro (RJ).
- GOLDBERG, Anette. (1989) *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*. In BIB. Rio de Janeiro, Nº 28, pp. 42-70, 2º semestre.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. (1999) *Estudos de gênero no Brasil* in MICELI, Sérgio (org.). São Paulo(SP). O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). São Paulo (SP), Editora Sumaré, ANPOCS, Brasília, DF, CAPES.
- KUCINSKI, Bernardo. (1991) *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta.
- LIMA, Marcus Antônio Assis. (2001) *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. In <http://hocc.ubi.pt/pag/-texto.php3?htm12=lima-marcus-assis-....>
- MACHADO, Lia Zanotta. (1998) *Gênero, um novo paradigma?* In Cadernos Pagu — trajetórias do gênero, masculinidades. Campinas (SP). Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (1998) *Manual de história oral*. São Paulo (SP). Edições Loyola.
- MELO, José Marques de. (1982) *Imprensa feminina no Brasil*. São Paulo (SP). In *Revista Comunicação e Sociedade*, ano IV, Nº 8. Cortez Editora.

- MILLET, Kate. (1971) *Sexual Politics*. New York, Avon Books.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. (1988) *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. (1981) *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, tese de doutoramento em Ciência Política, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PERROT, Michelle. (1998) *Mulheres públicas*. São Paulo (SP), Fundação Editora Unesp.
- PINTO, Céli Regina Jardim. (1994) *Donas de casa, mães, feministas, batalhadoras: mulheres nas eleições de 1994 no Brasil*. Revista de Estudos Feministas.
- PONTES, Heloisa André. (1986) *Do palco aos bastidores. O SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Antropologia Social da Unicamp.
- PRÁ, Jussara Reis e BRITO, Maria Noemi Castilho. (1987) *Movimento de mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987*. Mimeo apresentado no XI Encontro da ANPOCS — Águas de São Pedro (SP), no GT Família e Sociedade.
- SADER, Eder. (1995) *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo (SP). 2ª edição. Paz e Terra.

- SADER, Emir (org.). (1987) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo (SP). Cortez Editora.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1969) *A mulher na sociedade de classes – mitos e realidade*. São Paulo (SP), Livraria Quatro Artes Editora.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1992) *Mulher: pesquisa e ensino*. Fundação Carlos Chagas.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Mônica (org.). (1994) *Mulher brasileira é assim*. Rosa dos Tempos, NIPAS, Unicef, Brasília (DF).
- SCOTT, Joan Wallach. (1998) Entrevista com Joan Wallach Scott in *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, Vol. 6, Nº 1.
- SINGER, Paul. (1981) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis (RJ), Vozes. 2ª edição. Org. de Vinícius Caldeira Brant.
- STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRY, Patrícia; ALVAREZ, Sônia E. (1994) *Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo*. In *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, nº 2.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (4ª edição, 1999) *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad.
- SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1984) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo (SP). 2ª edição, Brasiliense.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. (1993) *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- TELLES, Norma. (3ª edição, 2000) *Escritoras, escritas, escrituras* in PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de texto). São Paulo, (SP). In História das mulheres no Brasil. Editora Contexto.

ZANATTA, Elaine Marques. (1996) *Documentos e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80*. In Cadernos AEL 5/6. Campinas (SP), Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social.

ZIRBEL, Ilze. (sd) *As mulheres do Brasil: tabela ilustrativa de suas lutas e conquistas (1827-1970)*.
<http://geocities.yahoo.com.br/izirbel/tabelamulheres.html>.